

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NAIARA DE SOUZA OLIVEIRA

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ANGOLA NO CAMPO  
DA DEFESA**

MACAPÁ

2014

NAIARA DE SOUZA OLIVEIRA

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ANGOLA NO CAMPO  
DA DEFESA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Paulo Gustavo Pellegrino Correa

MACAPÁ

2014

NAIARA DE SOUZA OLIVEIRA

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ANGOLA NO CAMPO  
DA DEFESA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Professor Doutor Paulo Gustavo Pellegrino Correa

---

Professor Doutor Daniel Santiago Chaves Ribeiro

---

Professor Especialista Tiago Luedy Silva

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as práticas de cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola no âmbito da Defesa. Desta maneira, busca-se compreender como a cooperação atua como um mecanismo para garantir a paz e a proteção do Atlântico Sul. Para tanto, serão estudadas algumas das iniciativas de cooperação entre Brasil e Angola firmadas a partir do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) até primeiro Governo Dilma (2011-2014). Assim, analisam-se as relações históricas entre Brasil e Angola; a postura brasileira em suas iniciativas de cooperação Sul-Sul e os acordos de cooperação Defesa e Segurança envolvendo os dois países, tanto em nível bilateral quanto multilateral (com foco na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- CPLP- e na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul- ZOPACAS-). Busca-se verificar quão eficaz esta modalidade de cooperação se mostra na afirmação da soberania e manutenção de paz destes Estados no Atlântico sul e se estas atividades firmadas de maneira multilateral exercem alguma influência nos acordos bilaterais de cooperação em Defesa.

**Palavras-Chave:** Cooperação Sul-Sul; Defesa; Brasil; Angola; CPLP; ZOPACAS.

## **ABSTRACT**

This study analyses the South-South Cooperation practices between Brazil and Angola in the field of defense. Thus, it aims to understand how cooperation acts as a mechanism to ensure peace and the South Atlantic Ocean's protection. For this, some of the firmed cooperation initiatives from Luís Inácio Lula da Silva's presidency (2003-2010) to the first Dilma's presidency (2011-2014) will be analyzed. For this, the study analyses the historical relation between Brazil and Angola; Brazil's position in its South-South cooperation initiatives and the cooperation agreements in the field of Defense and Security involving these two countries, both in the bilateral and multilateral level (focusing in the Community of Portuguese Language Speaking Countries- CPLP- and the South Atlantic Peace and Cooperation Zone- ZPCSA-). Looking to conclude how effective the cooperation in this area is in the assertion of sovereignty and maintenance of peace in these South Atlantic countries and if the cooperation activities signed in multilateral bases have some influence in the bilateral cooperation agreements in the Defense field.

**Keywords:** South-South Cooperation; Defense; Brazil; Angola; CPLP; ZPCSA.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA.....</b>	<b>10</b>
2.1 O BRASIL E A MODALIDADE DE COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	17
<b>3 ZOPACAS, CPLP E ABC COMO FACILITADORES DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA.....</b>	<b>25</b>
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL E DO ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>34</b>
<b>5 A COOPERAÇÃO EM DEFESA ENTRE BRASIL E ANGOLA.....</b>	<b>41</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As relações do Brasil com a África têm início no período colonial, no qual o Atlântico Sul servia de rota para o tráfico de escravos. Contudo, a efetiva aproximação brasileira com o continente africano se deu a partir da Política Externa Independente do governo de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), na qual a política exterior do Brasil se afastava dos grandes centros de poder e tomava rotas alternativas, focando-se em países mais periféricos. A partir daí, as relações brasileiras com a África sofrem altos e baixos, não tendo uma continuidade consistente.

Apesar da falta de consistência, momentos importantes, como o reconhecimento da independência de Estados africanos, mostram que o Brasil não se mostrou omisso em relação ao continente vizinho. O reconhecimento da independência de Angola em 1975, por exemplo, foi um marco que deu início às várias atividades de cooperação e assistência que o Brasil daria a esse Estado em momentos de turbulência. Outro ponto de destaque que envolve os Estados angolano e brasileiro são as Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM, I, II e III). Essa aproximação brasileira e o auxílio prestado em momentos decisivos no país foram pontos-chave para que os laços entre as duas nações se fortalecessem.

Com o fim da guerra civil em 2002, Angola passa a experimentar altos níveis de crescimento econômico, se destacando entre os demais Estados africanos e atraindo para si investimentos externos. Além de ser um dos principais exportadores de petróleo da África, o país atraiu mais atenção externa pela quantidade de recursos energéticos descobertos em sua área, como o gás natural.

Por volta dos anos 2000, o Atlântico Sul também passou a atrair os holofotes para si devido às riquezas nele descobertas. No Brasil, o surgimento do conceito de Amazônia Azul reflete a preocupação brasileira com o Atlântico Sul (AS) e a faixa de mar que lhe pertence. Esta área não só apresenta um grande potencial para a exploração de petróleo *offshore* (em áreas marítimas), como também possui vasta biodiversidade, abrangendo espécies diversas de animais e algas.

Após o crescimento promissor de alguns países africanos e a descoberta de petróleo no Atlântico Sul, o valor econômico, estratégico e político da área foi reconsiderado pelas potências do Norte, e assim, o Atlântico Sul passou a ser uma

zona de interesse externo. Um exemplo disso foi a reativação da IV Frota Naval pelos Estados Unidos e a iniciativa da AFRICOM, também dos EUA.

Percebendo-se a emergência estratégica do Atlântico Sul, tem-se a seguinte questão: Como garantir a defesa do AS, tendo em vista que a maioria dos países sul-atlânticos têm forças armadas pouco estruturadas?

Para os países do Sul, foi necessário encontrar maneiras de proteger esta zona para mantê-la sob suas soberanias, assim, a cooperação na área de Segurança e Defesa acabou se mostrando uma estratégia viável e vantajosa para os países litorâneos<sup>1</sup> do Atlântico Sul. Para tanto, o objetivo deste trabalho será analisar como a importância estratégica do Atlântico Sul, juntamente com a aproximação das relações do Brasil com Angola, influenciam na criação de políticas de cooperação em Defesa entre estes países. Desta maneira, serão estudadas as relações históricas entre Brasil e Angola; a postura brasileira diante de suas iniciativas de cooperação Sul-Sul e os acordos deste âmbito firmados entre os países em questão, tanto de forma bilateral, como multilateral, através da CPLP e ZOPACAS.

A hipótese trabalhada é que a cooperação Sul-Sul do Brasil com Angola, apesar de assimétrica, auxilia na afirmação da soberania destes países sobre as áreas do Atlântico Sul que lhes pertencem e a CPLP e a ZOPACAS, como fóruns de discussão de cooperação em Defesa, incentivam atividades bilaterais de cooperação nesse campo.

A prática da cooperação Sul-Sul e a participação em organizações que aproximam o diálogo do Brasil com os países africanos (principalmente os lusófonos e com costa para o Oceano Atlântico Sul) são reflexos da vontade destes países criarem laços que os aproximem para que possam alcançar objetivos em comum com mais eficácia. Tendo isto em vista, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por englobarem países sul-atlânticos, acabam se tornando fóruns importantes para a discussão de estratégias de cooperação e defesa com foco no AS.

A cooperação na área de Segurança e Defesa entre Brasil e Angola é posta em foco neste estudo por se observar que as características em comum que os países têm entre si facilitaria o diálogo e a chegada a acordos que beneficiariam as duas partes. Além disso, nota-se que há interesses econômicos por parte das

---

<sup>1</sup> Neste estudo se utilizará o termo "litorâneo" para se referir aos Estados da costa ocidental africana.

empresas brasileiras nos mercados africanos, sendo a cooperação algo que as auxiliaria positivamente na África.

O estudo será feito baseando-se na análise documental de acordos de cooperação em Defesa firmados entre Brasil e Angola, na investigação de documentos que tratam da Defesa nacional brasileira, como a Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional e na bibliografia produzida sobre o tema.

O recorte temporal deste trabalho se focará no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014), pois se percebe que a política externa voltada para as vias da multilateralidade iniciada no governo Lula faz com que o Brasil se aproxime mais de seus vizinhos da América do Sul e África e intensifique as atividades de cooperação nos mais variados campos, inclusive o da Segurança e Defesa. Além do mais, apesar da forte aproximação brasileira com o continente africano no período Lula, é notado que grande parte dos acordos no âmbito da Defesa é firmada durante o governo Dilma, que dá continuidade à política africana de seu antecessor.

O estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro aborda-se a história das relações entre Brasil e Angola, bem como a postura brasileira na modalidade de cooperação Sul-Sul para o continente africano. O segundo capítulo descreve o papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Agência Brasileira de Cooperação como facilitadores da cooperação entre Brasil e África. O terceiro capítulo destaca a emergência estratégica do Atlântico Sul e da Amazônia Azul e como esta emergência vem influenciando práticas de cooperação em Segurança e Defesa na região. O último capítulo analisa as realizações das atuais atividades de cooperação em defesa entre Brasil e Angola tanto em nível multilateral, quanto bilateral.

## 2 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA

Primeiramente, para que se possa discorrer sobre as relações entre Brasil e Angola, é necessário que se analise as relações brasileiras com a África.

As relações brasileiras com diversos países do continente africano se deram na época colonial. Esses laços estavam relacionados ao tráfico negreiro, que através do Atlântico Sul transportava escravos da África para as Américas.

As heranças e traços da cultura africana são parte fundamental da identidade brasileira, assim, há uma relação de identificação latente entre o Brasil e os Estados da África Negra. Estes serão fatores que, mais adiante, influenciarão iniciativas de aproximação e fortalecimento de relações entre as duas margens do Atlântico Sul.

A partir da década de 70, nota-se que a política externa brasileira se volta para a África de uma maneira mais intensa. As relações internacionais no governo Jânio Quadros (janeiro a agosto e 1961) e que tiveram continuidade com o governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), são marcadas por uma Política Externa Independente (PEI). Afastando-se dos centros de poder e abrindo os olhos para a África, a PEI era “uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos” (CERVO; BUENO, 2010). O Chanceler San Tiago Dantas foi um dos principais formuladores desta nova posição da política externa brasileira, que tinha em seus objetivos o desenvolvimento econômico do país e a prestação e recebimento de ajuda externa (CERVO; BUENO, 2010).

Esta foi uma primeira aproximação entre o país e o Continente africano. Deste momento em diante, as relações entre Brasil e África sofreram altos e baixos, se aproximando e distanciando de acordo com o governo em vigor.

Com a Política Externa Independente, de 1961 a 1964, houve uma primeira aproximação, seguindo-se uma fase de distanciamento durante os dois primeiros governos militares (1964-1969). Do governo Médici até o fim do governo Sarney (1969-1990), por outro lado, houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002). Nos marcos da globalização, houve novo distanciamento. Contudo, na passagem do século XX ao XXI, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

No ano de 1972, o Chanceler Mário Gibson Barbosa realizou uma viagem à África, na qual visitaria nove países africanos: Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões Gabão e Zaire. A missão de Gibson Barbosa

explicitou o interesse brasileiro na aproximação com o continente africano e rendeu frutos como acordos de cooperação técnica, científica e cultural com os países visitados (CERVO; BUENO, 2010). Contudo, a influência portuguesa na política externa brasileira ainda se fazia muito presente, pois havia nas relações entre Brasil e Portugal um “sentimentalismo” que interferia fortemente nas relações brasileiras com a África (PENNA FILHO; LESSA, 2007). Assim,

[...] apesar do entusiasmo explícito por Mário Gibson Barboza acerca dos frutos de sua viagem, e dos inegáveis vínculos de aproximação criados pelo “Périplo Africano”, como uma retomada do relacionamento com a África, seus resultados práticos, no que concerne ao âmbito das relações entre o Brasil e o continente africano, foram limitados, e constrangidos pelo “sentimentalismo” em relação a Portugal, que implicou em pressões externas, e adiou a retomada e consolidação, de fato, da política africanista brasileira. (PINI, 2012)

O reconhecimento da independência de Angola em 1975, durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foi uma reafirmação de que, neste período, o Brasil estava investindo no estreitamento de laços com países africanos. Cabe salientar que neste caso, o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência angolana como legítima no cenário internacional. Deve-se destacar que o Brasil vivia um período de ditadura militar e, ainda assim, decidiu apoiar a independência angolana, de raízes comunistas. Apesar disso, a política de aproximação se torna útil tanto para o Brasil, quanto para a África: para o primeiro, o continente africano representava uma alternativa ao protecionismo e barreiras alfandegárias impostas pelos países ricos a suas exportações, para o outro, a relação com o Brasil representava a diminuição da dependência do continente africano com suas ex-metrópoles (CERVO; BUENO, 2010). Desta forma, o Brasil busca apoiar a independência dos Estados africanos para conseguir mais mercados consumidores e expandir suas exportações.

A partir do reconhecimento da independência angolana, mais especificamente entre 1975 e 1987, há um estreitamento político considerável com o continente do outro lado do Atlântico, com constantes visitas de chefes de Estados africanos ao Brasil (neste período, dez chefes de estado africanos estiveram em território brasileiro) e viagens de presidentes e Ministros das Relações Exteriores do Brasil à África, com destaque à entrada, no ano de 1980, de Saraiva Guerreiro pelo cinturão combativo da África austral (CERVO; BUENO, 2010).

Durante a presidência de José Sarney (1985-1990), a política externa brasileira para a África deu continuidade às políticas de seu antecessor. Grandes

marcos para uma maior aproximação das duas margens do Atlântico surgiram neste governo: a proposta de converter o Atlântico Sul em uma zona de paz e cooperação, que mais adiante criaria a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; e o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que potencializaria a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CÔRTEZ, 2010).

Mais adiante, nos anos 90, a abordagem de aproximação brasileira com a África deixou de ser tão abrangente. Isto é, as relações se mantiveram apenas com alguns países africanos, tidos como estratégicos:

Durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa divisão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chave como prioritários, e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos por meio destes. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

Cabe salientar que estes países selecionados como foco da política externa brasileira apresentavam um grande potencial no continente africano. Angola e Nigéria, por exemplo, eram nações produtoras de petróleo e a África do Sul pós-Apartheid (também chamada de nova África do Sul) estava vivendo uma era de estabilidade e maior inserção internacional.

É destacado entre muitos autores que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) representou um arrefecimento das relações entre Brasil e África. De acordo com Saraiva (2002), neste período a África passou a ser substituída pelo MERCOSUL no que tange às prioridades das relações internacionais brasileiras. De fato, o contato com o continente do outro lado do Atlântico deixou de ser prioridade, porém, algumas iniciativas importantes foram tomadas em relação à África, que não sumiu completamente da agenda brasileira.

Em 1996, a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por Brasil, Angola, Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste<sup>2</sup>, teve como objetivo construir uma comunidade composta por países lusófonos e assim, estreitar suas relações. De acordo com Saraiva (2002) *“the CPLP was born to assert the value of its linguistic identity and co-operation among its member countries, as well as the dimension of*

---

<sup>2</sup> Guiné Equatorial recentemente entrou para CPLP em 2014.

*the diplomatic and political harmonization of these seven.*<sup>3</sup>. Hoje em dia, as questões debatidas na CPLP envolvem desde questões de saúde, como a cooperação para combater a Malária ou o HIV, quanto temas sobre cooperação em Defesa e Segurança.

Outro importante episódio entre Brasil e África que se deu no período Fernando Henrique Cardoso foi a intensa participação do Brasil na terceira versão da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III). O país africano passava por um período de guerra civil e as *peacekeeping operations*, isto é, operações de manutenção da paz, nas quais o Brasil participou, tiveram o objetivo de auxiliar Angola neste momento tempestuoso.

A primeira versão desta missão, a UNAVEM I, aconteceu entre janeiro de 1989 e maio de 1991, durante o governo de José Sarney, e tinha o objetivo de supervisionar a saída das tropas cubanas em território angolano. Já a UNAVEM II, que aconteceu entre agosto de 1991 e julho de 1995, no governo Itamar Franco, deu continuidade aos esforços da primeira versão da operação. A UNAVEM III, por sua vez, foi a versão de maior relevância. Seu período de duração foi de agosto de 1995 a julho de 1997 e teve a finalidade de fazer a verificação do cessar-fogo, desmobilizar ou reintegrar as tropas das partes conflitantes às forças armadas de Angola e também realizar o segundo turno das eleições gerais. Durante aproximadamente dois anos, a UNAVEM III foi a maior operação de paz realizada pela ONU e teve o Brasil como um dos maiores contribuintes de tropas para a missão.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as relações do Brasil com o continente africano se estreitaram de maneira considerável. Pautado no discurso da “dívida histórica” que os brasileiros têm para com a África (dívida esta que apresenta profunda relação com o passado escravocrata que une a história destes dois continentes), as iniciativas de cooperação com esse continente aumentaram e os laços do país com diversos Estados africanos se tornaram mais próximos. Em seus dois mandatos, as visitas aos países africanos totalizam 28, sendo que entre estas, duas viagens são realizadas especificamente a Angola.

---

<sup>3</sup> A CPLP nasceu para afirmar o valor da identidade linguística e da cooperação entre seus países-membros, bem como a dimensão da harmonização política e diplomática destes sete países.(tradução nossa).



O fim dos conflitos internos em grande parte dos Estados africanos representou um crescimento acelerado da África, que se mostrou uma região promissora e bem receptiva a investimentos externos e iniciativas de cooperação.

A África vem criando condições favoráveis para atração de presenças estrangeiras, seja pelo avanço da democracia, pelo crescimento econômico e pela melhoria do ordenamento nacional, seja pela elevação da autoconfiança dos dirigentes. (CERVO; BUENO, 2010)

O discurso do presidente Lula, apelando para a dívida histórica e para a relevância cultural da África para o Brasil, trouxe, mais uma vez, o continente para um patamar de relevância na política externa brasileira. Iniciativas de cooperação Sul-Sul nas mais variadas áreas se iniciaram entre Brasil e diversos Estados africanos. Contudo, a modalidade da cooperação Sul-Sul na África não é privilégio dos brasileiros e há uma grande presença chinesa e indiana na região movida por interesses econômicos e políticos.

Neste sentido, com o objetivo de diferenciar seus projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento daqueles da China ou da Índia, por exemplo, ganhando vantagens comparativas em relação a eles, o governo brasileiro tem adotado o discurso que enfatiza história e memórias compartilhadas com o continente africano [...] Assim, o Brasil afirma que seus projetos de cooperação voltados para a África agregam outros elementos que vão além dos claros propósitos materiais e menciona as proximidades históricas, sociais e culturais entre ambos para argumentar que as suas relações extrapolam os interesses políticos e econômicos, comum a todos esses novos parceiros africanos. (FRANÇA, 2014)

Levando em consideração que a política de cooperação Sul-Sul do Brasil para a África leva em conta fatores culturais, Angola é um exemplo claro de uma cooperação brasileira que busca suas forças em questões históricas que aproximam mais ainda as duas nações. Contudo, apesar dos fatores culturais serem levados em conta, há outros interesses brasileiros no país, ligados principalmente à internacionalização de empresas brasileiras e expansão da influência brasileira para os países africanos. Estes pontos serão tratados mais adiante.

Pode-se dizer que, em momentos decisivos para este Estado, o Brasil se fez presente dando apoio às causas angolanas. Como já foi dito anteriormente, o primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o Brasil e segundo Saraiva (2010) *“The official recognition of Angola’s independence in 1975 was the climax amid the new Standards of international relations between Africans and Brazil”*<sup>4</sup>. Além deste marcante fato, a participação brasileira em missões de paz em

---

<sup>4</sup> O reconhecimento oficial da independência de Angola em 1975 foi o clímax em meio aos novos padrões das relações internacionais entre os africanos e o Brasil. (tradução nossa).

Angola foi importante na reestruturação do país, que sofria com a guerra civil e suas consequências. Estes fatos criaram uma simpatia angolana pelo Brasil e reforçaram suas relações bilaterais. Pode-se dizer que este é um dos motivos que fazem a cooperação entre Brasil e Angola ser tão ampla e bem recebida pelo Estado angolano.

O fim da guerra civil em Angola, no ano de 2002, representou um novo começo para o país, que viveu um crescimento econômico acelerado, atingindo um crescimento maior que 20% em 2005 e 2008 (SAMPAIO, 2013). Como se pode observar no gráfico a seguir:



Este reerguimento do país atraiu a atenção de diversos Estados, tendo em vista que a paz pós-guerra civil trouxe estabilidade. Além da atenção externa, deve-se ressaltar que após o conflito, o país se abriu mais para a discussão de novos temas, isto é, tornou-se possível para Angola envolver-se em novos assuntos, atraindo mais visibilidade internacional para si.

Angola tem muitos recursos minerais a oferecer “Destaque-se que atualmente mais de um terço das importações de petróleo dos EUA e da China provém dos países produtores do continente africano, com destaque para Nigéria e Angola”. (DA COSTA, 2012), além de ser o segundo maior produtor de petróleo da região africana, o país também pode ter potencial para exportar gás natural (KRIEGER, 2013). Estes fatores atraem muitos olhares externos para a área.

A relação do Brasil com Angola seria uma das mais tradicionais que o Estado brasileiro tem com um Estado africano, tendo em vista a relevância que um país representa na história do outro. A cooperação Sul-Sul entre estes dois países se baseia em laços antigos, que outras potências emergentes praticantes dessa modalidade de cooperação, como China e Índia, não possuem igual e que de certa maneira, criam uma relação de maior receptividade com as ações brasileiras.

Acrescido a esses fatos, Brasil e Angola têm muito em comum: além de dividirem importantes episódios históricos, possuem a mesma língua e dividem uma fronteira marítima no Atlântico Sul. Estes são alguns motivos pelos quais as relações de cooperação Sul-Sul existem em variadas áreas<sup>5</sup>. Outro ponto que aproxima ainda mais os dois é o fato de fazerem parte de comunidades e organizações em comum, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), fator que aproxima e facilita o diálogo entre as duas nações.

## 2.1 O BRASIL E A MODALIDADE DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA A ÁFRICA

A Cooperação Sul-Sul surge como uma alternativa à clássica cooperação Norte-Sul, que envolve um país desenvolvido, geralmente do hemisfério norte, e outro que ainda não atingiu este patamar, que seriam alguns países do hemisfério sul. A polarização entre norte e sul surge na Guerra Fria (1945-1991), quando os debates entre leste e oeste já estão mais amenizados. Os países do sul, auxiliados pelos mais desenvolvidos, geralmente eram aqueles classificados como terceiro-mundistas e atrasados.

A cooperação Norte-Sul frequentemente se confundia com dominação ou imposição de poder, pois acreditava-se que os países do norte buscavam expandir suas zonas de influência através de atividades de cooperação.

O que acontece de forma mais recorrente em negociações de cooperação para o desenvolvimento na vertente Norte-Sul é a montagem de programas compostos por temas que, não obstante contemplarem linhas de ação vinculadas a problemas e deficiências estruturais comuns à maioria dos países em desenvolvimento, a exemplo da Saúde, Educação [...], etc. as opções estratégicas de como abordar esses problemas muitas vezes refletem paradigmas alheios às realidades locais, alinhando-se aos interesses de longo prazo dos países doadores. (CORRÊA, 2010)

---

<sup>5</sup> De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), as atividades de cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola se dão nas áreas da saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>> acesso em 09 out 2014.

A Cooperação Sul-Sul, por sua vez, surge como a cooperação entre dois países em desenvolvimento, de forma horizontal. Assim, os Estados têm mais facilidade para discutir as áreas nas quais a cooperação ocorrerá. Desta forma, as mudanças tendem a ser mais efetivas, já que a área que receberá o auxílio não é determinada pela nação que beneficiará o país, e sim através de um diálogo entre os dois países envolvidos.

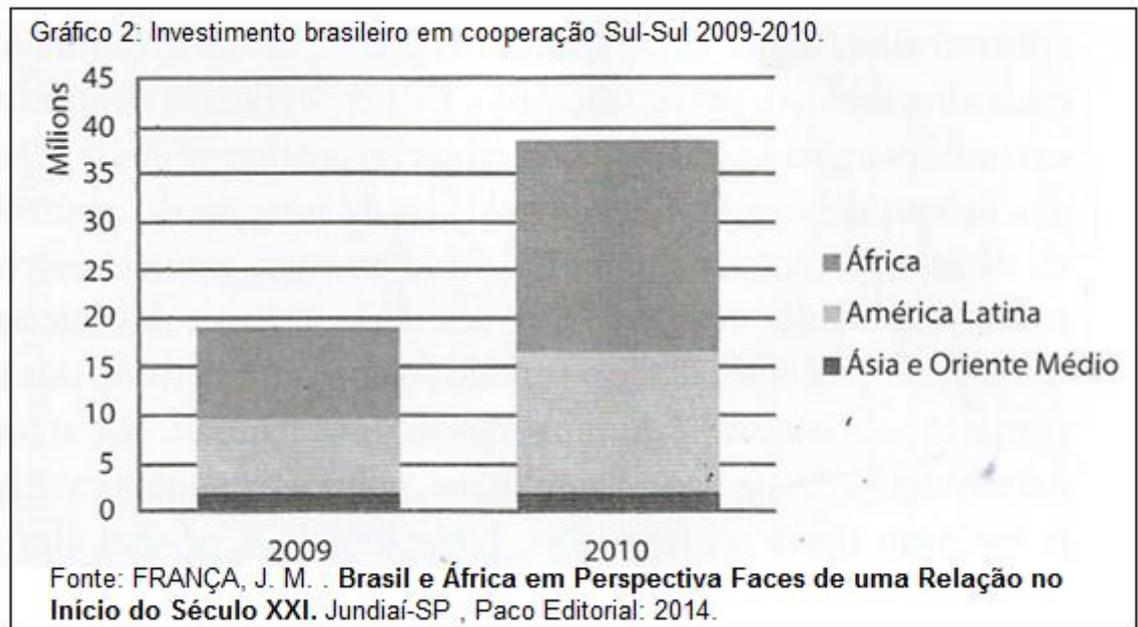
A propagação da cooperação Sul-Sul, por sua vez, em suas diferentes vertentes, veio quebrar o monopólio dos países doadores no que tange ao estabelecimento de conceitos, práticas e paradigmas que vinham determinando os rumos da cooperação internacional desde 1945. Na medida que, em teoria, a cooperação dita Sul-Sul se fundamenta no intercâmbio de experiências de desenvolvimento concebidas e testadas em ambientes de carência de infraestruturas e de outras condições básicas para o desenvolvimento, abre-se um espaço antes não disponível de diálogo entre os atores dos países cooperantes “Sul-Sul” que permite discutir ações que possam efetivamente promover mudanças sociais e econômicas a partir de premissas mais próximas das realidades desses indivíduos.(CORREA, 2010)

Na modalidade de cooperação, o Brasil passou de um país receptor para um país doador, que, de acordo com discursos oficiais, objetiva o desenvolvimento das nações mais necessitadas. As atividades de cooperação brasileiras passaram a ser tão constantes que, em 1987, uma agência especializada foi criada para tratar destes assuntos: a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que faz parte do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e cujas principais tarefas são: coordenar e financiar ações relativas à cooperação, enviar missões técnicas aos países que devem ser beneficiados e criar, aprovar e monitorar projetos de cooperação técnica Sul-Sul<sup>6</sup>.

De acordo com França (2014), no ano de 2009 na ABC metade dos projetos de desenvolvimento internacional do Brasil tinham o continente africano como destino. Já em 2010, houve um aumento que totalizou aproximadamente 60%, o que significaria um investimento de mais de U\$\$ 22 milhões. O gráfico a seguir mostra o crescimento do investimento em cooperação no continente africano:

---

<sup>6</sup> MRE. **Cooperação Técnica**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica>  
Acesso em: 12 out. 2014.



A Cooperação brasileira se baseia no princípio *Demand-driven*, isto é, os projetos são feitos de acordo com o que a parte beneficiada do acordo diz ser necessário. Desta forma, busca-se atender às reais demandas do Estado necessitado, “respeitando as diferenças e autonomias dos países e das organizações envolvidas” (JORGE, 2011 in ACIOLY; DE MORAES, 2011).

Existem outros interesses brasileiros na cooperação com os Estados africanos e eles estão ligados a questões empresariais e industriais.

Em relação à África, a diplomacia brasileira apresenta duas facetas: uma cooperativa, materializada em diversos programas de transferência de conhecimentos, e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência política e pela ação predatória de empresas brasileiras em países africanos. (HELENO; MARTINS, 2014)

A cooperação acaba representando uma oportunidade para as empresas e indústrias brasileiras, pois, além de aproximar os países e construir relações de confiança, pode também gerar acordos que proporcionem oportunidades para o crescimento das mesmas em território africano.

A questão do idioma é algo que exerce influência na questão da escolha do país ao qual se destina a internacionalização de alguma empresa brasileira. Na África, nota-se que países com o português como língua oficial têm sido considerados para a internacionalização brasileira, já que os trâmites necessários não teriam a língua como barreira. Além do mais, o fato de existirem projetos de cooperação entre os Estados conta como um ponto a favor das empresas que buscam se internacionalizar, já que a cooperação acaba criando laços de confiança

entre as nações. O crescimento de certos países africanos também chama a atenção das empresas brasileiras, um exemplo disso seria Angola:

Para se ter uma ideia, entre 2004 e 2008, a economia angolana cresceu mais de 90%, a uma taxa média de 17,8% ao ano. E, hoje, não só uma empresa brasileira lá instalada é a maior empregadora privada do país, como nós temos cerca de 30 mil cidadãos brasileiros e mais de 30 empresas em Angola. (JORGE, 2011 in ACIOLY; DE MORAES, 2011)

Com intensa presença de potências emergentes na África praticando a cooperação Sul-Sul, críticas, vindas principalmente dos países desenvolvidos, tentam dar um aspecto negativo à prática, associando-a a um neocolonialismo. Contudo, “as teses que atribuem perfil ‘neocolonial’ à atuação da diplomacia brasileira na África ou desconhecem a história do imperialismo do século XIX ou são formuladas com finalidades políticas, servindo aos interesses das velhas potências ocidentais” (PAUTASSO; ALBANUS, 2012). No caso do Brasil com Angola, mesmo que a cooperação se diga “horizontal” e se baseie na transferência de saberes para auxiliar na estruturação do país beneficiado, há ainda uma grande assimetria entre os dois Estados. Isso porque,

Na cooperação Sul-Sul, é possível encontrar desde casos que praticamente reproduzem uma situação típica “Norte/Sul”, em que um país em desenvolvimento é muito mais avançado do que o seu “parceiro”, como casos com níveis semelhantes de desenvolvimento. O caráter horizontal das relações de cooperação Sul-Sul seria um de seus princípios condutores, mas realisticamente, não pode ser considerado como presente em todas as situações onde o país cooperante assume um papel mais protagonista do que o do país parceiro da iniciativa de cooperação. (CORRÊA, 2010)

Em comparação com outras nações do mundo, os países da África tiveram sua independência em um período recente, em função disso, ainda há precariedades em sua estrutura estatal. Essas características são a razão do elevado número de atividades cooperativas que alvejam o continente africano e também o motivo do caráter desproporcional das relações de cooperação com os outros Estados, mesmo sendo entre países também em desenvolvimento.

Outro fato que deve ser destacado é que, a partir da criação dos BRICS<sup>7</sup>, a desproporcionalidade entre o Brasil e os países que recebem cooperação Sul-Sul aumentou. Por haver esta assimetria, Milani (2012) atenta para o fato de que os países que antes recebiam auxílio via cooperação Norte-Sul e hoje são doadores (através da cooperação Sul-Sul), como o Brasil, devem se esforçar para não reproduzir as práticas de cooperação “top-down” ou “colonizadora”, uma vez que

---

<sup>7</sup> Bloco de países emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

esta modalidade de cooperação era criticada por eles no passado. Nota-se que não é só interesse do Brasil levar auxílio em forma de cooperação para a África. Grande parte dos integrantes dos BRICS buscam se fazer presentes nesse continente, com destaque para a China, que é um dos maiores parceiros da África e que tem no petróleo o motivo para seu interesse sobre a região africana.

A China é um membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, desta forma, os países africanos que recebem a cooperação chinesa acabam tendo a China como um aliado que poderá defender questões favoráveis a estes países em fóruns internacionais (VISENTINI, 2014). A cooperação chinesa se assemelha à brasileira no sentido de auxiliar na capacitação técnica de profissionais e na melhora da infraestrutura dos Estados receptores.

Para a África, tanto política quanto economicamente, a participação chinesa no continente se mostra positiva na medida em que cria novas oportunidades e possibilidades, com o aumento do número de possíveis parceiros e da competição engendrada entre eles. (VISENTINI, 2014)

No que diz respeito à cooperação Sul-Sul brasileira, os países que vêm recebendo atenção especial do Brasil são os que integram o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), “a cooperação com os PALOPS funciona assim, como uma ponta de lança para, depois servir como base para toda a nossa cooperação com o continente africano.” (JORGE, 2011 in ACIOLY; DE MORAES, 2011). Tendo em vista que o Brasil deseja expandir suas atividades de cooperação para a maioria de países do Sul, a assistência a esses países seria como um treinamento para que, no futuro os projetos de cooperação brasileiros alcancem mais outros países uma maneira eficaz.

O continente africano é o segundo maior receptor de cooperação Sul-Sul proveniente do Brasil. No ano de 2010, os gastos brasileiros com cooperação internacional para o desenvolvimento foram de R\$ 64.680.495 (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011), ficando atrás apenas da América do Sul e Caribe, que receberam R\$194.990.431 (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Do total da quantia referente à África, Angola é o quinto país mais beneficiado, recebendo uma parcela referente a 7,2% do dinheiro enviado ao continente. Isso corresponde a R\$ 4.652.166. Até o ano de 2013, cerca de 700 projetos brasileiros de cooperação estavam sendo direcionados ao continente africano e Angola seria o terceiro Estado mais beneficiado recebendo 58 projetos de cooperação (PORTAL BRASIL , 2013).

O crescimento acelerado de Angola coloca o país em uma posição de destaque em relação aos outros países africanos integrantes dos PALOPS, o que atrai a atenção de países doadores para iniciarem atividades de cooperação com o Estado.

Em relação aos motivos que levam Brasil e África a cooperar, ainda há várias interpretações dos autores. Os que frisam a cooperação em segurança, e conseqüentemente, têm uma visão realista, atentam para o fato de que tanto o continente africano, quanto o Oceano Atlântico Sul se tornaram áreas de grande relevância geoeconômica nos últimos anos, desta forma, a cooperação brasileira se daria como uma maneira de afirmar a presença brasileira nessas áreas, aumentando sua inserção internacional e mantendo potências externas afastadas da zona. Outros autores analisam a cooperação com a África como uma forma de auxiliar essas nações a alcançarem níveis de desenvolvimento como os brasileiros, já que, assim como diversos Estados africanos, o Brasil passou por uma intensa exploração de suas metrópoles e, com o passar dos tempos, conseguiu se reerguer.

De acordo com a visão construtivista sobre cooperação, um dos principais teóricos desta escola, Alexander Wendt, arrazoa que:

O processo pelo qual egoístas aprendem a cooperar é, ao mesmo tempo, um processo de reconstrução de seus interesses em termos de comprometimentos compartilhados com as normas sociais. Ao longo do tempo, isto tenderá a transformar uma interdependência positiva de resultados em uma interdependência positiva de utilidades ou em interesse coletivo organizado em torno das normas em questão. (WENDT, 1992)

Isto é, mesmo que os Estados tenham sido movidos a cooperar por motivos egoístas, esta cooperação pode levar a uma redefinição dos motivos que impulsionam a prática e levar a uma reconstrução de identidade e interesses entre estes países que se identificam positivamente entre si (WENDT, 1992).

Saraiva (2002) faz uma análise na qual a cooperação com o continente africano pode servir tanto para uma “prestação de contas” quanto para aumentar o reconhecimento internacional do Brasil, e no que diz respeito às políticas brasileiras na África, afirma que apesar do Brasil ter um lugar especial na África,

[...] o relançamento da política africana do Brasil não seria apenas um ato de fé, mas o resultado de dois cálculos: um político e outro econômico. Politicamente, ela serve para reforçar a ideia de que o Brasil ainda tem um projeto cooperativo Sul-Sul, mas em outras bases, a engendrar alguma liderança nas novas rodadas de negociação de temas globais, na reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na busca de parcerias estratégicas no Sul junto a países como a África do Sul, Índia e China. [...] Economicamente, o relançamento de uma política africana

serviria de elemento constitutivo no esforço do redesenho da inserção internacional do Brasil, em nítida crise de identidade no momento atual. Em contraste com a inserção internacional marcada pelo triunfalismo liberal, como discutido anteriormente, a África serviria ao movimento de aproveitamento de brechas estruturais na ordem internacional e de reforço na retomada de um modelo de inserção internacional de bases mais nacionais e voltado para o desenvolvimento interno sustentável, gerador de empregos e produtivo, mais que financista. (SARAIVA, 2002)

Portanto, as práticas de cooperação brasileiras são importantes não apenas para os países beneficiados, mas também para o próprio Brasil, que tem a África como um de seus parceiros mais importantes no âmbito da cooperação, tendo em vista que investimentos no continente africano também podem gerar emprego e renda no Brasil.

O Governo Lula deu bastante atenção para o potencial do continente e para as maneiras que as práticas de cooperação Sul-Sul repercutiriam na política externa brasileira.

Nesse sentido, o continente africano representa uma das áreas de influência mais relevantes nos planos diplomáticos brasileiros, atrás apenas da América do Sul. Uma das suas primeiras ações foi modificar a estrutura interna do Itamaraty em relação à África: além das Divisões de África (I) e (II), o governo dividiu o Departamento da África e do Oriente Médio para dar lugar a mais um departamento, voltado unicamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada a Divisão de África- III (DAF-III). (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

O governo Dilma tem dado continuidade à política africana nos moldes de seu precursor e novos acordos de cooperação Sul-Sul vêm sendo assinados com o continente africano:

O governo da presidenta planeja ainda o delineamento de uma estratégia especial para maior aproximação com o continente africano, a fim de facilitar as exportações de mercadorias e serviços (principalmente de engenharia), mediante a criação de novos mecanismos de garantia das linhas de crédito (uma conta-commodity, por exemplo, que assegura os pagamentos). (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011)

Apesar dos esforços para manter as relações com a África, alguns apontam que a política da presidente se trata de uma política sem prioridades em relação aos Estados africanos.

Ainda que o retorno seja baixo quando se trata de cooperação Sul-Sul com a África, ele é de grande importância para projeção do Brasil internacionalmente. A “solidariedade” brasileira para os países do outro lado do Atlântico estrategicamente aumenta inserção internacional dos Estados africanos. Assim, em fóruns ou discussões internacionais, estas nações podem representar importantes aliados para o Brasil.

Dessa maneira, os esforços da política africana do Brasil são como um investimento a longo-prazo, onde os frutos desta prática conjunta serão colhidos mais adiante pelo Brasil. Ou seja, nessa modalidade de cooperação, os interesses de ambos os lados serão satisfeitos, mas uns receberão seu retorno antes do que outros.

### **3 ZOPACAS, CPLP E ABC COMO FACILITADORES DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA**

No período da Guerra Fria (1945-1991), a atenção dos estrategistas estava voltada majoritariamente para o Oceano Atlântico Norte, isso porque esse oceano representava um elo entre continente americano e o oeste europeu. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) surgiu em 1949, após a criação e assinatura do Tratado do Atlântico Norte. O objetivo deste tratado era de unir os Estados Unidos, o Canadá e a Europa Ocidental para que pudessem ter força suficiente para lutarem contra um provável ataque soviético, consistindo em uma aliança política e militar de ajuda mútua. Em contraponto à criação da OTAN, os países do Leste Europeu, juntamente à URSS firmaram o Pacto de Varsóvia em 1955, criando uma aliança militar entre eles.

De acordo com Aguilar (2013) “no contexto da Guerra Fria, o Atlântico Sul em momento algum foi considerado área prioritária sob o ponto de vista estratégico ou geopolítico pelas grandes potências”. Houve, sim, um interesse nesta área do Atlântico, mas as atividades consistiam basicamente em manter a presença e influência soviética afastadas da região. Com a premissa da probabilidade de uma ameaça soviética na parte sul do Atlântico, no final da década de 70, a iniciativa de uma organização aos moldes da OTAN foi proposta a alguns países do Atlântico Sul, tais como Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul. Este acordo consistia na Organização dos tratados do Atlântico Sul (OTAS), que também seria uma organização de ajuda mútua no aspecto militar. Apesar do apoio estadunidense, a união não teve sucesso, já que alguns países, incluindo o Brasil, rechaçaram a proposta.

Para o Brasil, não era interessante que uma organização como essa fosse criada,

Além do mais, se a intenção da proposta era dificultar a expansão comunista na África, contaria ainda mais com a recusa brasileira que mantinha, naquela ocasião, política de boas relações, especialmente com Angola e Moçambique. A conclusão era a de que tal tratado em nada somaria à segurança dos países envolvidos, seria inócuo, pois a força naval dos envolvidos não era compatível com a área a ser defendida, podendo ainda ser prejudicial aos interesses nacionais em relação à África. (AGUILAR 2010 apud AGUILAR 2013)

Em outubro do ano de 1980, foi enviada à Organização das Nações Unidas uma proposta de iniciativa Brasileira para a criação da ZOPACAS (Zona de Paz e

Cooperação do Atlântico Sul), que estabeleceria a prevalência da paz e da cooperação na área do Oceano Atlântico Sul. Desta forma, pretendia-se deixar longe da área a intervenção de potências externas e a propagação de armamento nuclear e destruição em massa (AMORIM, 2013). É importante destacar que os Estados Unidos foram contra a iniciativa da ZOPACAS.

A Guerra das Malvinas, que teve seu início em 1982, foi um acontecimento que reafirmou a importância da criação de um acordo como a ZOPACAS, para que a região do Atlântico Sul fosse uma área desmilitarizada. O desentendimento sobre a posse das Ilhas Malvinas/ Falklands evoluiu para um conflito armado envolvendo países dos dois hemisférios. Até hoje ainda há desentendimentos entre Argentina e Reino Unido envolvendo a região. O Reino Unido tem soberania sobre diversas ilhas nessa área do Atlântico Sul, dessa forma, não são pequenas as chances de que algum conflito como o das Malvinas venha a acontecer novamente. Assim, seria mais sensato que a área fosse desmilitarizada, de maneira a evitar conflitos futuros. O mapa abaixo mostra a quantidade de ilhas de posse britânica no AS:



A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul contou com a participação de países africanos e da América do Sul, aproximando o contato entre as duas margens do AS. Além disso,

O estabelecimento de, em 1993, por iniciativa brasileira, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul cria possibilidades de cooperação sistemática

entre a África Austral e os países do MERCOSUL, recriando certa margem de manobra internacional. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

Desta forma, a criação da ZOPACAS pôde tanto aproximar os países ribeirinhos<sup>8</sup> da região do Atlântico Sul, quanto manter afastadas potências externas e diminuir a probabilidade de conflitos na área.

Muitas foram as desconfianças sobre a eficácia da ZOPACAS. Acreditou-se que sua concretização não seria possível, contudo ela vem se mostrando eficaz no que se propôs. Assim, “A Otan do Atlântico Sul existe e funciona. É fraca, discreta, mas funciona como uma asa da paz [...] A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é a nossa *pax atlântica*. E segue uma conquista histórica da cooperação africano-brasileira.” (SARAIVA, 2013 apud VAZ; MIGON, 2013).

Os assuntos discutidos dentro da ZOPACAS giram em torno de temas como segurança, paz, cooperação e questões que envolvem o Atlântico Sul e são de interesse dos países-membros. Tendo este meio de diálogo, é mais fácil para os Estados discutirem as questões que envolvem a zona e tomarem decisões efetivas para resolução de problemas ou para a iniciativa de atividades de cooperação. De acordo com Kornegay (2013), desde sua criação, a agenda da ZOPACAS pode-se resumir aos seguintes pontos:

- Economic cooperation in eradicating poverty by creating partnerships for sustainable development, trade, investment and tourism;
  - Crime prevention and combating drug trafficking, illicit trade in small arms and light weapons and transnational organized crime, including piracy;
  - Peace, stability and security, including conflict prevention and peacebuilding within the Zone;
  - Scientific research, environmental and marine issues;
  - Cross-cutting issues and means of implementation;
  - And the need for an implementation and follow-up mechanism.
- (KORNEGAY, 2013 apud AMORIM, 2013)

Apesar de ter surgido a partir de uma iniciativa brasileira, houve momentos em que a participação do Brasil na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi baixa. Com destaque para o momento pós-Guerra Fria, que tem como uma de suas justificativas a questão econômica com a África, que neste período decresceu em importações e exportações (AMORIM, 2013) e também no período do governo de FHC que,

Sob o mando da ideologia neoliberal, removeram algumas das principais motivações da zopacas e, simultaneamente, as orientações de cooperação Sul-Sul do governo brasileiro sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa mudança de orientação provocaria um esmorecimento das relações com o continente africano, com perdas significativas de

<sup>8</sup> Neste trabalho se utilizará o termo “ribeirinho” para se referir aos países costeiros do Atlântico Sul.

espaços conquistados desde o governo Geisel e a consequente diminuição dos laços cooperativos entre as duas margens do Atlântico. (PENHA, 2012)

Em contrapartida, o governo Lula deu novo enfoque às relações exteriores do Brasil, assim, a ZOPACAS voltou a ter sua devida importância na agenda de política internacional brasileira e foi privilegiada como “fórum político e diplomático preferencial na promoção do desenvolvimento e da cooperação regional” (PENHA, 2012). Os principais motivos seriam porque o Atlântico Sul teve sua importância geopolítica multiplicada após as descobertas de petróleo na região, assim como os países da África, que passaram a atrair a atenção do mundo quando começaram a entrar em seu processo de desenvolvimento e apresentaram um potencial político-econômico. Desta forma, manter relações com os Estados do outro lado de nossa fronteira marítima se mostrou uma questão estratégica.

Atualmente, a ZOPACAS conta com 24 membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Destes, 21 são países africanos. Como a política externa do governo Lula se voltou majoritariamente para os países do Sul, nada mais comum do que retomar a participação brasileira na ZOPACAS com mais intensidade.

No ano de 2007, na VIª reunião dos países-membros, foi proposto por Angola uma revitalização da ZOPACAS que atentava para a área da Defesa, já que a região havia se valorizado e atraído atenção de potências externas.

Na ocasião, o governo angolano defendeu a proposta de tornar a Zopacas o fórum privilegiado no sentido de garantir a defesa e segurança dos países da região face, sobretudo, ao redimensionamento da questão geoestratégica tendo em vista os recursos energéticos, o comércio marítimo e a presença militar norte-americana. Na perspectiva angolana, a Zopacas revitalizada pode se constituir num fórum privilegiado de reflexões e ações, não só relativo aos esforços de cooperação regional, mas também como instrumento de defesa e segurança dos países sul-atlânticos. (PENHA, 2012)

Com a revitalização da ZOPACAS, a questão do diálogo para cooperação no âmbito da Segurança e Defesa foi reafirmado como algo vital para os países ribeirinhos do Atlântico Sul. Contudo, por se tratar de um acordo político firmado entre Estados, ela não se caracteriza como um organismo internacional com personalidade jurídica, o que pode implicar na fragilidade dos arranjos estabelecidos (VAZ; MIGON, 2013).

Outra iniciativa que voltou a ter importância durante o governo Lula foi a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A organização aproxima os Estados que têm o português como idioma em comum e promove o diálogo entre seus membros, como forma de reatar os laços entre os países lusófonos em iniciativas de cooperação e na promoção de acordos.

A proposta da criação da CPLP teve como antecedente mais imediato o I Encontro dos Chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa, realizado em 1989, em São Luís (Maranhão), durante a gestão do presidente Sarney. Naquela ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Cabo Verde, considerado o embrião da CPLP. Mais tarde, ele foi integrado formalmente à organização como o principal foro de coordenação para a promoção e difusão da língua portuguesa. (JORGE, 2011 in ACIOLY; DE MORAES, 2011)

Dos nove membros da Comunidade, há seis países africanos, um europeu, um sul-americano e outro asiático. Seus principais objetivos são “A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;” e “A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social” (CPLP a).

O redespertar do Brasil para a comunidade serviu como uma forma do país incrementar suas iniciativas de cooperação Sul-Sul, bem como estreitar seus laços com os países-membros, que, em sua maioria, são africanos.

Na CPLP, por existirem tantos Estados da África e receptores da cooperação, Brasil e Portugal passam a ter o papel de *region-builders*<sup>9</sup>, adquirindo a capacidade de influenciar nos padrões de relacionamento entre os Estados da região (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014). Além disso, eles têm a importante função de serem doadores nos projetos de cooperação.

Nesse sentido, a articulação luso-brasileira é elemento essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projetos pela via da troca de experiência na África, direta, mediando negócios e interesses, valorizando tanto a língua quanto as oportunidades econômicas. (SARAIVA, 2002)

Por serem países mais desenvolvidos do que os outros membros da CPLP, pode-se dizer que a condução dos projetos de cooperação se concentra nas mãos

<sup>9</sup> De acordo com Abdenur e de Souza Neto (2014), “ao assumirem uma papel de protagonismo, certos Estados se tornam, efetivamente, os principais construtores de região (*region builders*)-influenciando nos padrões de amizade e revalidade entre os Estados que passam a constituir a região.

de Portugal e do Brasil. Assim, uma das fragilidade da comunidade seria a existência de certa dependência destes dois países para as iniciativas de políticas dentro da organização. Um fato que poderia “atrasar” os objetivos da CPLP seria a divergência de políticas direcionadas à valorização da mesma. A partir do momento que Brasil e Portugal não orientam suas políticas de forma a atuarem na mesma sintonia, a organização se enfraquece. A articulação entre os dois é necessária, justamente porque os demais países da CPLP não possuem poder suficiente para gerir as atividades de cooperação sozinhos.

*The tragedy of war can be alleviated by the effort of friendly peoples, such as the Brazilians and Portuguese, who are inclined to recognize the value of the language they speak and write, as well as co-operating for the well-being of those who are closer to the periphery of the process of making the benefits from economic and cultural globalization more truly international. The common language must be translated into improvements in the quality of life and the upholding of human dignity. And if this is not done, the CPLP will wither away.*<sup>10</sup> (SARAIVA, 2002)

Angola é um Estado que tem mostrado um bom potencial dentro da CPLP, ganhando cada vez mais espaço na comunidade. Atualmente, o país assumiu a presidência parlamentar rotativa da comunidade (ANGOLA EMBASSY). Assim, a nomeação do Estado passa a “complementar de maneira saudável as atuações de Brasil e Portugal, países que, por força de suas circunstâncias políticas, históricas e econômicas, foram os que inicialmente deram maior impulso à CPLP.” (JORGE, 2011).

Apesar da CPLP ser formada por países que não possuem tanta influência no cenário internacional, as iniciativas de cooperação entre seus membros são importantes para todas as partes. Brasil e Portugal, mesmo não sendo os principais receptores de cooperação, acabam tendo sua zona de influência expandida entre estes Estados menores, aumentando sua projeção político-diplomática. Além do mais, promover o desenvolvimento dos países-membros significa um investimento a longo-prazo na Comunidade, que, no futuro, poderá contar com membros mais desenvolvidos e que apresentem maior relevância internacional.

*In other words, there have been legal and practical advances that demonstrate the positive and constructive ways in which CPLP member countries can invest their co-operative capital in the initiative of constructing*

---

<sup>10</sup> A tragédia da guerra pode ser aliviada pelo esforço dos povos amigáveis, como brasileiros e portugueses, que são inclinados a reconhecer o valor da língua que falam e escrevem, bem como cooperando para o bem-estar daqueles que estão mais próximos à periferia do processo de alcançar os benefícios da globalização econômica e cultural mais verdadeiramente internacional. A língua em comum deve ser traduzida em melhorias na qualidade de vida e manutenção da dignidade humana. E se isso não for feito, a CPLP vai desaparecer. (tradução nossa)

*their own international space, without excluding other available opportunities to assert themselves and to promote the international integration of Portuguese-speaking countries in the era of globalization.*<sup>11</sup> (SARAIVA, 2002)

De acordo com Visentini (2014), “a valorização do espaço africano altera o equilíbrio de poder mundial”, e o Brasil do período Lula entendeu muito bem isso. Assim, foram buscadas maneiras de se aproximar do continente africano através da cooperação e da participação mais intensa em organizações que incluem os países da África.

Neste sentido, foram muitas as iniciativas tomadas a partir do governo Lula que estiveram baseadas neste discurso de aproximação das duas regiões. Por exemplo, a Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), o Fórum de Diálogo Brasil-Índia-Africa do Sul (Ibas)- também chamado de grupo dos três , ou G-3 – e a Cúpula América do Sul-África. Estas quatro iniciativas vêm figurando entre as prioridades do Itamaraty nos últimos anos. (FRANÇA, 2014)

Segundo a visão construtivista de Wendt (1992), os interesses e as identidades dos Estados são construídos de maneira coletiva. Assim,

As ideias que os agentes têm de si e do ambiente social no qual estão inseridos moldam suas interações e são por elas moldados. Ou seja, são as ideias carregadas pelos Estados, assim como suas interações, que constroem a realidade social em uma situação anárquica. (JATOBÁ; LESSA; DE OLIVEIRA, 2013)

Desta forma, através do relacionamento entre os Estados, os interesses dos agentes serão definidos e sua identidade será moldada (WENDT, 1992).

Tanto a CPLP, quanto a ZOPACAS atuam “como um local de intersecção entre os diferentes processos de integração na região do Atlântico Sul [...]” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013), elas são o fórum multilateral que aproximam as duas margens do Atlântico Sul. Destas iniciativas podem surgir alternativas que resolvam os problemas regionais, que serão respostas pautadas na paz e no respeito à soberania de cada Estado-membro, visando ao desenvolvimento da região.

No que diz respeito às relações entre Brasil e Angola, tanto a ZOPACAS, quanto a CPLP auxiliam nas práticas da cooperação. Através das reuniões e fóruns destas organizações, os países podem identificar áreas em comum que desejam

---

<sup>11</sup> Em outras palavras, houve avanços práticos e legais que demonstram os caminhos positivos e construtivos nos quais os países-membros da CPLP podem investir seus capitais cooperativos na iniciativa de construir seu próprio espaço internacional, sem excluir outras oportunidades disponíveis para se afirmarem e para promoverem a integração internacional de países lusófonos na era da globalização. (tradução nossa)

cooperar. Angola se encaixa perfeitamente no perfil que o Brasil deseja atingir com sua nova política externa da era Lula. Por ser um Estado que tem tradições antigas com o Brasil; tem localização estratégica; que está se reestruturando e que se apresenta cada vez mais como uma potência regional, a cooperação Sul-Sul com o Brasil se torna algo importante para ambos os Estados.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é o órgão brasileiro encarregado pelas atividades de cooperação. Seu surgimento foi no ano de 1987, com a função de criar um sistema autônomo ligado ao Ministério de Relações Exteriores que concentrasse em si as questões de cooperação.

Antes de sua criação, existiam departamentos e secretarias do MRE que tomavam conta das questões de cooperação de maneira separada. O Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica (DCT) e a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) eram os principais órgãos do Sistema Nacional de Cooperação Técnica (criado no ano de 1969). O DCT era o órgão político deste sistema, enquanto a SUBIN dava apoio logístico e negociava os programas de cooperação (CERVO, 1994).

Em cada Ministério e nas grandes empresas estatais, uma Assessoria Internacional incumbia-se do exame e da aprovação dos projetos pertinentes a seu ramo específico de atividades e, ao mesmo tempo, controlava sua execução junto aos órgãos públicos ou privados, em consonância com o DCT e a SUBIN. Dois outros órgãos eram ainda muito importantes para o Sistema Nacional de Cooperação Técnica: a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, voltada para programas de apoio a consultoria e de exportação de engenharia e tecnologia, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, voltado para programas tanto bilaterais quanto multilaterais, destinados seja à elaboração da política de ciência e tecnologia, seja ao fortalecimento da estrutura científica e tecnológica do país. (CERVO, 1994)

A ABC veio, então, para substituir a SUBIN e o DCT e centralizar em uma só agência as questões relativas à cooperação do Brasil, que passa a organizar, controlar, formular e negociar as questões cooperativas brasileiras.

Desde sua criação, até o início dos anos 90, a atuação da ABC não se mostrava muito eficaz no que é referente às políticas de cooperação para os países mais pobres. Contudo, quando a política externa brasileira opta pelo caminho da multilateralidade e para as práticas de cooperação Sul-Sul, os feitos da ABC se tornam mais relevantes e sua atuação se torna mais eficiente. Os projetos de cooperação da ABC voltados para o desenvolvimento dos Estados “atrasados” passam a contar com diversas parcerias com instituições brasileiras, tais como EMBRAPA, FIOCRUZ, SENAI e também com o auxílio do Ministério da Saúde,

Superior Tribunal de Justiça e Ministério das Relações Exteriores, entre outros (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

A ABC tem sido a grande gestora das iniciativas de cooperação técnica com a África, sendo que em 2008 aproximadamente 115 ações de cooperação – entre projetos e atividades isoladas- foram executadas com países africanos em diversas áreas: educação, agricultura, pecuária, saúde, meio ambiente, administração pública, tecnologia da informação, governo eletrônico, cultura, energia, desenvolvimento urbano, formação profissional e esporte. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

A Agência Brasileira de Cooperação tem então a importante tarefa de gerir estas relações de cooperação do Brasil com os países periféricos, auxiliando-os para que saiam desta condição e passem a ter mais relevância no cenário internacional a partir do desenvolvimento que a eles é levado via projetos de cooperação.

Apesar de estar crescendo e ganhando destaque nas questões de cooperação, o Brasil não deixou de receber ajudas externas, isto porque uma ação não exclui a outra e um Estado pode ser tanto provedor, quanto receptor de cooperação.

O Brasil recebeu US\$ 2 bilhões em cooperação técnica entre 2001 e 2009. Além disso, um relatório publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que entre 2005 e 2009, o Brasil forneceu US\$ 1,7 bilhão em assistência técnica (IPEA 2010). Isso sugere que, durante a última década, o Brasil conseguiu fortalecer a sua atuação como um canal entre o Norte e o Sul. (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011)

O fato de o Brasil ser tanto receptor e doador nas questões de cooperação é algo que atrai a simpatia dos países em desenvolvimento que recebem a cooperação Sul-Sul brasileira, já que isso passa a impressão de que o país não agirá de maneira paternalista. A constituição brasileira em vigor, do ano de 1988, em seu artigo 4º, dita a postura do Brasil em suas relações internacionais e os princípios da não-intervenção, igualdade entre os Estados, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade confirmam que a postura brasileira não se excederá de modo a ser dominadora nas questões de cooperação.

Os termos da ZOPACAS e da CPLP estão em consonância com os princípios brasileiros que regem as relações internacionais brasileiras. Assim, presume-se que haverá respeito à soberania dos países envolvidos nas relações de cooperação bilaterais e multilaterais.

#### 4 A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL E DO ATLÂNTICO SUL

O Oceano Atlântico Sul carrega em si uma importância estratégica, econômica e política. Para o Brasil, é crucial que esta área seja protegida. A maioria do petróleo brasileiro é proveniente de plataformas *offshore*, isto é, petróleo que pode ser extraído nas áreas marítimas, e a partir dos anos 2000, com a descoberta de petróleo na camada Pré-Sal em sua Plataforma Continental, a relevância desta região multiplicou. Além disso, o AS serve de rota para aproximadamente 95% do comércio internacional do Brasil (PATRIOTA, 2013) e o litoral brasileiro tem a maior costa para o Atlântico, correspondente a aproximadamente 7.000 km (PENHA, 2012) e esses quilômetros representam uma fronteira com o continente africano. Além do mais, é na costa que se concentra a maior parte da população brasileira. De acordo com Carmona (2014), “80% da população brasileira e grande parte do PIB localiza-se a não mais que 200 quilômetros do litoral”.



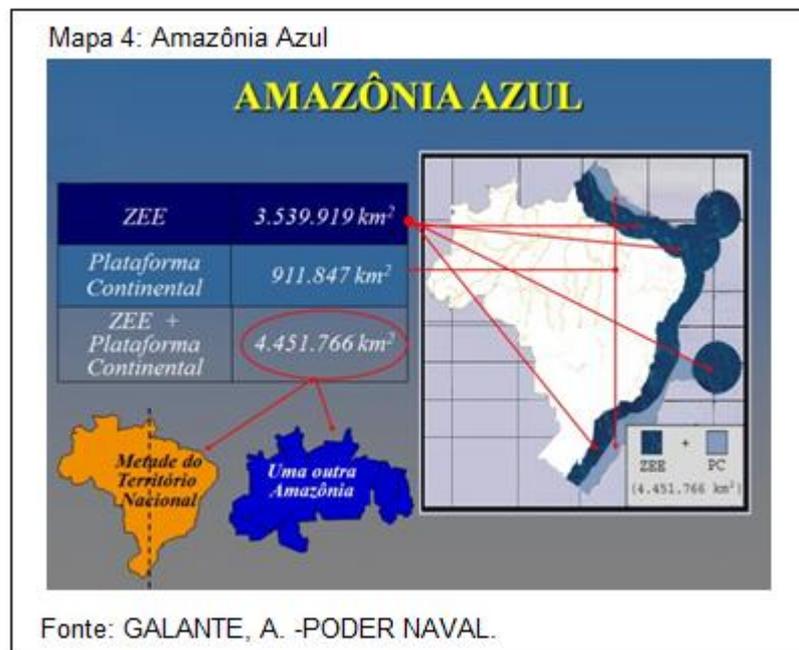
Desta forma, é necessário proteger a fronteira oriental do país, atentando-se para a correção das vulnerabilidades e visando reafirmar a soberania brasileira nos mares que lhe pertencem.

Ao longo da década de 2000, contudo, o Brasil põe em prática algumas medidas que mudariam drasticamente o quadro de inércia estratégica da década anterior. A primeira delas surgiu no âmbito da Marinha do Brasil que, procurando reagir às suas dificuldades logísticas e operacionais propôs em 2004, um novo espaço estratégico denominado de “Amazônia Azul”,

equivalente, em termos de área e de riquezas naturais à “Amazônia Verde. (PENHA, 2012)

Amazônia Azul é um termo que se utiliza para se referir à extensão de mar que vai além do litoral e das ilhas brasileiras. Sua dimensão corresponde quase à metade da superfície terrestre do Brasil e ela abrange não somente o litoral brasileiro, como também as águas interiores do país.

A primeira vez que este conceito surgiu foi no ano de 2004, usado pelo então Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Roberto Guimarães Carvalho, em uma publicação de sua autoria em um jornal de circulação nacional. O texto tinha como intuito destacar a importância desta área (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014). Tendo em vista a relevância dos estudos sobre a Amazônia Azul, uma obra de referência para o assunto foi organizada pelo Almirante Vidigal intitulada “Amazônia Azul: o mar que nos pertence”, destacando a importância desta área nos mais variados níveis: do aspecto da Segurança até as questões ambientais e jurídicas. A comparação com a Amazônia se dá porque esta região oceânica de soberania brasileira, além de ser uma grande área -com 4.411.000 km<sup>2</sup>- (DE LIMA FILHO, 2011), teria vasta diversidade e riquezas naturais, sem falar na sua importância estratégica.



De acordo com um levantamento divulgado pela Revista Plos One em 2011 sobre biodiversidade na costa sul-americana, existem 9.103 espécies diversas de plantas, algas e animais no mar brasileiro. Contudo, o número pode chegar a 13 mil

espécies, já que grande parte do fundo do oceano permanece desconhecida (TOLEDO, 2013). Outra riqueza que deve ser destacada é o petróleo, já que 87% do petróleo brasileiro é proveniente do mar (VIDIGAL, A. A. F. et al., 2006).

Por ser uma parte do território brasileiro que se revela tão preciosa, a Amazônia Azul vem trazer uma atenção especial para o mar, desta maneira, percebeu-se que é primordial pensar a segurança, não só da Amazônia Azul, como do Atlântico Sul como um todo, principalmente por esta ser uma área que apresenta um grande potencial energético pela recente descoberta do Pré-sal, encontrado na Plataforma Continental brasileira e em regiões africanas com costa para o AS.

Os esforços para assegurar a presença e soberania brasileiras na Amazônia Azul vêm se concentrando no aumento da capacidade naval, não apenas voltados para a força de dissuasão, mas também para a construção de uma força tática de alto grau de agilidade e capaz de levar os conflitos para o mais longe possível da costa brasileira- essencialmente uma “marinha de águas azuis”. (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014)

Documentos que tratam da Defesa do país, como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Plano de Defesa Nacional (PDN) tratam sobre o Atlântico Sul e ressaltam como esta área estratégica merece atenção especial das forças armadas. No que diz respeito ao Atlântico Sul, na Estratégia Nacional de Defesa, fica clara a intenção de aumentar a presença militar na área do Atlântico Sul, além disso, através da marinha, pretende-se também aumentar a projeção de poder brasileira, fazer a negação do uso do mar para os inimigos e controlar as áreas marítimas brasileiras.

A Política de Defesa Nacional destaca a imprevisibilidade que as relações internacionais tomaram depois do fim da Guerra Fria, desta forma, é importante investir na segurança nacional para que o país esteja preparado para eventuais conflitos ou desentendimentos. O entorno estratégico destacado na PDN vai além do subcontinente, abrangendo também uma projeção para o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana, essa projeção se focará em iniciativas de cooperação que fortalecem os laços entre os Estados da área e ainda mantém esse oceano livre de tensões.

Como forma de manter os conflitos afastados, é destacado na PDN a importância da ZOPACAS para a manutenção e promoção de paz e cooperação e também a intensificação de atividades de cooperação com países africanos, que além de laços culturais e históricos, também dividem uma fronteira marítima com o Brasil.

O Livro Branco de Defesa Nacional, ao tratar do AS, enfatiza como esse oceano é um pivô na geopolítica atual:

País com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Para além do Pré-Sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa em de países na faixa equatorial do Atlântico. (BRASIL a, 2011)

Também está presente no LBDN a vontade Brasileira de manter o Atlântico Sul como uma área pacífica, sem a presença de armamentos de destruição em massa ou nucleares. A ideia é de manter conflitos externos fora desta zona. De acordo com Carmona (2014), é interessante para o Brasil manter seu entorno estável e pacífico, já que isso facilita o desenvolvimento (tanto do Brasil, quanto dos países em seu entorno) e, conseqüentemente, torna mais fácil sua ascensão no cenário internacional. Para os países que não desejam a projeção do Brasil e dos demais países do Atlântico Sul e veem essa ascensão com uma ameaça, a estratégia é seguir o caminho inverso: incitar a instabilidade da região para gerar conflitos- o que desestabilizaria a área e retardaria a projeção desses Estados. Por esse motivo, existe por parte das potências externas a intenção de manter a situação de tensão na parte ocidental da África e também de militarizar o AS.

O interesse externo na parte sul do Oceano Atlântico se mostra claro quando iniciativas como a reativação da IV Frota Naval americana e sua presença militar, através do United States Africa Command (AFRICOM), acabam surgindo na área.

O AFRICOM, criado em 2007, consiste em uma iniciativa americana que criou um comando na África encarregado da cooperação militar com os países africanos. Sua premissa de trazer prosperidade, segurança e estabilidade na área e combater ameaças transnacionais é vista por muitos como algo negativo, como se a partir deste Comando os Estados Unidos estivessem trazendo para a zona conflitos externos. Ludin (2014) ressalta que o AFRICOM deixou claro o interesse americano pela África, mas também deixou muitas “interrogações” no continente por causa do receio relacionado à soberania dos países africanos.

O recente estreitamento de laços da AFRICOM com Angola, por exemplo, trouxe preocupações de que retaliações ou atentados fossem lançados ao país por

inimigos dos EUA (ISSUFO, 2014). Assim, mesmo com o intuito de trazer estabilidade e segurança para a região, é provável que o oposto acabe acontecendo, criando tensões no local.

No ano de 2008, a reativação da IV Frota Naval também não foi vista com bons olhos por muitos estudiosos, mais uma vez porque se supõe que conflitos externos poderão ser trazidos à área. A IV Frota havia sido desativada no final da II Guerra Mundial, contudo, voltou à ativa na região do Atlântico Sul, levantando perguntas sobre os motivos que levaram ao relançamento.

Ainda que o Atlântico Sul não seja a rota de maior tráfego mercante no globo e que, secundariamente, seja considerada como uma área de poucos incidentes que afrontem a segurança desse tráfego, as atenções parecem evoluir em sentido mais contundente. Primeiramente, aborda-se a reativação da chamada 4ª Frota pela potência marítima hegemônica atual (EUA), o Comando Combinado Sul. Este Comando, apesar de não possuir, efetivamente, uma esquadra militar sob suas ordens, funciona como um elo de permanente atenção sobre o que ocorre em todo o Atlântico Sul. (BEIRÃO, 2014 in MONTEIRO; WINAND; GOLDONI, 2014)

Para Visentini, Ribeiro e Pereira (2013), “As imensas reservas de petróleo no Golfo da Guiné e na margem brasileira (Pré-Sal) são de enorme interesse para os Estados Unidos, que buscam maior autonomia de abastecimento em relação ao problemático Oriente Médio”, assim, tudo indica que a presença americana na região tenha relação com a grande quantidade de petróleo presente na costa de alguns países limítrofes do AS.

Recentemente, tem-se visto discursos que defendem que a divisão entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul deveria desaparecer. A chamada Iniciativa Bacia do Atlântico (IBA), sugerida pela OTAN, propõe que através de uma fusão das duas partes do Atlântico, os países passem a trabalhar em conjunto para garantir a segurança da bacia como um todo. Para alguns estudiosos, não foi mera coincidência que esta iniciativa tivesse sido proposta após o protagonismo que o AS vem tomando no cenário internacional. Devido às ricas reservas de petróleo na região, é fato que a importância estratégica da área multiplicou.

As grandes potências não querem ser deixadas de lado, assim, a Iniciativa Bacia do Atlântico foi uma das maneiras encontradas para que elas pudessem se inserir nas questões relativas ao Atlântico Sul.

No caso do Atlântico Sul, a visão anglo-saxã e ocidental concebe esse oceano como seu perímetro de segurança devido à contiguidade geográfica com o Atlântico Norte. Isso implica que, para eles, o desenvolvimento da região deve subordinar-se às questões de “segurança global” como forma de garantir estabilidade e segurança para toda a bacia. Isso ajuda a explicar o interesse de setores acadêmicos e governamentais dos EUA em ampliar a

extensão geográfica da OTAN em direção ao Atlântico Sul, numa fusão que eles denominaram de “Bacia do Atlântico”. (PENHA, 2012)

O curioso desta iniciativa é a contradição presente no fato da aliança ser uma organização focada no Atlântico Norte, mas que, de maneira oportuna acaba querendo estender seus braços para o sul. Essa presença externa, não só iria contra os ideais firmados na ZOPACAS, como provavelmente traria tensões para a área.

No ano de 2010, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, deixou claro que esta iniciativa não era interessante para a região do Atlântico Sul, principalmente porque são dois oceanos que têm realidades distintas: O Atlântico Norte viveu períodos de alta tensão que tiveram seu ápice na Guerra Fria, assim, nesta região a militarização é sinônimo de garantia de paz; Já o Atlântico Sul opta por um viés mais pacifista e defende a desmilitarização e a cooperação como indutoras da paz na área. Se fosse posta em prática, a IBA representaria uma “atlantização” da OTAN, que não só permitiria a intervenção de países do Norte no AS, como também constrangeria as ações dos países liminhos desta região.

Desta contradição entre a postura dos países sul atlânticos e a postura das potências tradicionais do Atlântico norte deriva provável foco de tensão geoestratégica no próximo período, sobretudo em função da presença de fortes riquezas marinhas na região, especialmente o petróleo *off shore* do Pré-Sal brasileiro- e os minerais da Amazônia Azul- ademais dos ricos depósitos petrolíferos do Golfo da Guiné, na Nigéria e em Angola. (CARMONA, 2014)

Portanto, o governo brasileiro recusou a proposta da IBA, já que para o Brasil, ela não estaria de acordo com os esforços firmados pelos países sul-atlânticos para manter a paz e cooperação na zona.

A situação, no entanto, não deixa de ser preocupante para o Brasil, já que os Estados Unidos não autenticaram formalmente o compromisso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1982. Assim, o país não tem a obrigação de respeitar o que foi acordado no documento. O limite definido como de soberania brasileira sobre sua plataforma continental (onde se encontra o Pré-Sal), portanto, poderia estar sujeito a intervenções americanas, já que eles não ratificaram a convenção que delimita a área.

O forte interesse americano pela área do Atlântico Sul e a demonstração deste interesse através de ações de *Hard Power*<sup>12</sup>, através da recente presença

---

<sup>12</sup> No que diz respeito a esse debate, Penha (2012) argumenta que “as iniciativas brasileira no âmbito do Atlântico Sul voltados para a desmilitarização, a desnuclearização, a preservação do meio

militar americana na zona, é algo que merece atenção especial dos países sul-atlânticos. A cooperação em Defesa é uma maneira de estreitar os laços entre estes países e colaborar para que suas soberanias sejam reafirmadas neste oceano.

O Brasil, por ser um dos principais doadores de cooperação Sul-Sul da área, investe em ações conjuntas e atividades combinadas que visam melhorar a Segurança e Defesa dos países ribeirinhos do Atlântico Sul. Angola é um dos receptores da cooperação nesta área. Para este país africano, a defesa de seu território e áreas marítimas é indispensável, principalmente porque Angola tem trazido todos os holofotes para si devido ao seu potencial energético e acelerada taxa de crescimento.

A seguir, será explanado como se dá a cooperação em Defesa entre Brasil e Angola e as iniciativas que surgem para estreitar os laços entre as duas nações e afastar potências externas e seus conflitos da Região.

## 5 A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA ENTRE BRASIL E ANGOLA

O Atlântico Sul não é uma área livre de potências externas e o Brasil vem se mostrando um líder nas relações de cooperação na área da Segurança e Defesa com as nações africanas para manter os conflitos exógenos longe da área. Para que conflitos sejam afastados da zona e não se proliferem para os continentes, há a necessidade de intensificar as atividades de cooperação no campo da Segurança e Defesa com países sul-atlânticos. Essa premissa se baseia no fato de que é necessário construir um círculo de confiança entre os mesmos, assim, a coesão entre estes Estados e seus poderes militares, em conjunto, poderão acabar representando uma forma de dissuasão para as grandes potências.

No plano estratégico-militar, precisamos constituir robusta capacidade de dissuasão- base de nossa orientação estratégica contemporânea- visando impedir que outros busquem influenciar ou mesmo controlar diretamente nossas áreas de interesse estratégico. (CARMONA, 2014 in MONTEIRO; WINAND; GOLDONI, 2014)

Penha (2012) atenta para o fato de que “somente iniciativas diplomáticas e projeção de “soft power” talvez sejam insuficientes para assegurar as bem sucedidas iniciativas brasileiras de paz e cooperação regional.”, assim, uma intensificação das atividades de cooperação militar são uma alternativa para garantir a paz no Atlântico Sul, já que é uma forma de proteger interesses em comum dos países envolvidos.

O Oceano Atlântico Sul representa a fronteira oriental brasileira com os países do continente africano. Angola é um destes países e tendo em vista que ambos os Estados apresentam vastas riquezas naturais, possuem grandes quantidades de petróleo *offshore*, e são países relevantes no cenário do Atlântico Sul, a cooperação em Segurança e Defesa entre estes dois Estados é apropriada para que ambos possam manter a zona livre de conflitos e para que tenham a capacidade de proteger seu território de ameaças externas.

A cooperação em Defesa entre Brasil e Angola pode se dar de maneira bilateral ou multilateral, como em comunidades como a CPLP ou em arranjos como a ZOPACAS. Inclusive, “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se tornou um fórum internacional bastante atuante nas discussões no campo da Segurança e Defesa.” (AGUILAR, 2013). Dentro da comunidade são vários os acordos e iniciativas que tratam sobre Segurança e Defesa entre os países-membros.

O conselho dos ministros da CPLP, através das reuniões ministeriais, discutem pontos importantes para os países-membros e criam iniciativas para incrementar a cooperação em áreas de interesse de seus integrantes. A II Reunião Ministerial dos países de Língua Portuguesa de 1999, por exemplo, destacou a relevância da abordagem da temática de cooperação em Defesa e propôs a criação de um secretariado da comunidade especializado em assuntos desse gênero. Ainda nesta reunião, foi acordada a “globalização” da cooperação em Defesa na CPLP (VAZ; MIGON, 2013). A partir daí, as políticas de cooperação em Defesa na comunidade passam a ser abordadas cada vez mais nas reuniões seguintes.

As Operações Felino, que tiveram início no ano 2000, e vêm acontecendo anualmente, são um exemplo da cooperação na área militar que se dá no âmbito da CPLP. As operações consistem em exercícios militares combinados que incluem os exércitos de todos os membros da comunidade. O foco é a capacitação das Forças Armadas dos Estados na área de operações de paz e humanitárias. Nestas operações são trocadas experiências e laços são estreitados entre os exércitos participantes. Angola sediou a Operação Felino nos anos de 2004 e 2010, já o Brasil a sediou no ano de 2013 (MARINHA DO BRASIL, 2013).

A “Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos”, aprovada em 2009, é outro exemplo desse estreitamento entre os países no âmbito da cooperação e Defesa. Essa estratégia prevê a projeção da Comunidade e de seus membros no cenário internacional através da concertação político-diplomática, além das ações de cooperação em várias áreas que nela são encorajadas. Os principais focos da estratégia relacionados à Segurança e Defesa são sobre ordenamento de espaço marítimo; segurança e vigilância marítima e extensão da Plataforma Continental.

Em relação à Defesa do Atlântico Sul, a CPLP busca a aproximação das marinhas de seus países-membros. Os “Simpósios das marinhas da CPLP” reúnem ministros, comandantes e outros oficiais para discutir questões de cooperação em matéria de Segurança e Defesa. “No ano de 2010, por exemplo, realizou-se o II Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa, na qual os diversos representantes dos países africanos lançaram as bases para uma maior cooperação com a indústria naval brasileira” (COELHO, 2010 apud COMANDANTE, 2010). Dentre as conclusões que se chegaram neste simpósio, destacam-se no campo da Defesa a identificação de ameaças comuns a todos os países-membros, como a

pirataria, tráfico de drogas, imigração ilegal, poluição, etc.; que a cooperação entre as marinhas dos países se dê de maneira mais proficiente, devido à assimetria existente entre as forças dos Estados e que os riscos e ameaças identificados clamam por uma marinha mais atuante e eficiente (CPLP b, 2010).

No que diz respeito à cooperação no âmbito da ZOPACAS, o Ex-Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, afirma que

Nossa iniciativa não é, de modo algum, excludente. Temos a expectativa legítima de contar com o apoio da comunidade internacional e a cooperação de todos os países para o fortalecimento da ZOPACAS em todos os seus aspectos, desde os temas relativos à paz e ao desarmamento até as questões ligadas à cooperação e ao desenvolvimento econômico. (PATRIOTA, 2013)

A VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, que aconteceu em 2013 na cidade de Montevideu, Uruguai, deu origem a dois importantes documentos formulados pelos países signatários: a Declaração de Montevideu e o Plano de Ação de Montevideu. Neles, os Estados formularam propostas para que os problemas que afligem a área e seus países sejam resolvidos. Em seu discurso nesta reunião ministerial, o então Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota reconheceu a ambição do texto da Declaração de Montevideu e também dos objetivos traçados no plano de ação, mas deixa claro que o Brasil está disposto a realizá-los e que, se os membros se empenharem, não será uma tarefa impossível o cumprimento destas metas. Para ele, a complexidade das tarefas estabelecidas representaria um processo de fortalecimento da ZOPACAS.

Cabe mencionar que os objetivos elaborados dizem respeito tanto a questões antigas -como manter o AS como uma área desarmada e desnuclearizada- quanto a questões recentes denominadas “novas ameaças” (CALDAS, 2013).

Em relação às iniciativas de cooperação em Defesa, o Plano de Ação de Montevideu prevê o aumento da cooperação entre as Forças Armadas dos Estados-membros; troca de informações sobre documentos de políticas de Defesa e estratégia; reforço das capacidades navais e aéreas; promoção de exercícios combinados entre os membros e estabelecimento de um grupo de tarefa direcionado a operações de paz para se explorar as oportunidades futuras de cooperação entre os países-membros da ZOPACAS. Há ainda a proposta para cooperação para salvaguarda e segurança marítima, que consiste na decisão dos Estados de incrementar a cooperação para o monitoramento, controle a vigilância de navios

para que atividades ilícitas e o crime organizado fiquem longe da região, além da cooperação para as atividades de *search and rescue* (ZOPACAS, 2013).

Como resultado do Plano de Ação de Montevideu, o Brasil já vem realizando algumas atividades com o intuito de cumprir com os objetivos propostos:

Na área de segurança e defesa, a MB realiza adestramento com as Marinhas de diversos Estados da costa da África, destacando-se os exercícios realizados em 2013 pelos recém-adquiridos Navios de Patrulha Oceânica (NaPaOc) da classe "Amazonas" com marinhas africanas. (CALDAS, 2013)

A intensificação da cooperação da Marinha brasileira com as demais marinhas dos países africanos limítrofes do Atlântico Sul (e integrantes da zona) é uma estratégia para manter a área pacífica e também afirmar que o Atlântico Sul não é uma zona abandonada, assim, Celso Amorim (2013) chama atenção para as práticas:

Paz e segurança no Atlântico Sul dependem também de nossa colaboração. Quanto mais cooperarmos, menos espaço deixaremos para a interferência externa indevida. Se negligenciarmos nossas responsabilidades comuns, outros países podem ficar tentados a assumi-las de maneiras que sejam prejudiciais aos nossos interesses como países pacíficos e em desenvolvimento.

As atividades de capacitação iniciadas pelo Brasil também merecem destaque, como o "I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para membros da ZOPACAS" (apoiado pela ABC), que promoveu a capacitação na área de vigilância marítima e salvamento (CALDAS, 2013).

Foi Angola o país que propôs a revitalização da ZOPACAS. Deve-se levar em consideração que sua marinha possui um poderio fraco, incapaz de proteger as riquezas angolanas já mencionadas aqui. Assim, a revitalização da zona seria algo vantajoso para Angola, já que várias parcerias no âmbito da Segurança e Defesa são firmadas dentro da ZOPACAS. A revitalização da zona seria uma forma do Estado proteger suas riquezas, preenchendo a lacuna que sua fraca capacidade militar deixa. O Brasil é um dos países mais atuantes no que diz respeito à cooperação Sul-Sul, e por ter suas Forças Armadas melhor preparadas e equipadas do que a maioria dos Estados africanos<sup>13</sup>, é um dos grandes prestadores de cooperação no campo da Segurança e Defesa na zona.

---

<sup>13</sup> De acordo com dados do Global Fire Power, o Brasil tem as Forças Armadas mais bem equipadas da América do Sul e ocupa 14º lugar no ranking entre 106 países. Disponível em <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em 09 nov. 2014.

Estas discussões no âmbito multilateral impulsionam acordos de cooperação bilateral entre o Brasil e os outros países. No ano de 2014, na XV Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Ministro brasileiro Celso Amorim destacou que o Brasil está pronto para cooperar tanto no plano multilateral, quanto no plano bilateral (AMORIM, 2014).

Está definido da Política de Defesa Nacional que o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, incluindo-se os países da África com frente para o Atlântico Sul, é uma tarefa que deve ser intensificada. Em suas práticas de cooperação Sul-Sul na área da Defesa e Segurança, as atividades brasileiras se baseiam em atividades de exercícios militares combinados; troca de informações e experiências; apoio logístico e aquisição de produtos de Defesa; utilização de equipamento militar; cooperação na área de pesquisa e desenvolvimento, entre outros (AGUILAR, 2013).

Em 2010, uma das áreas da parceria estratégica firmada com Angola foi a de segurança pública e defesa. As diretrizes, nesse domínio, apresentaram o estímulo à cooperação entre os ministérios da defesa e os órgãos de segurança pública e a manutenção de “consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais”, incluindo as iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e a “cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações pós-conflito”. No campo da cooperação técnica, científica e tecnológica, a parceria contemplou ações para o desenvolvimento de recursos humanos e pesquisas conjuntas nas áreas da indústria naval, segurança pública e defesa. Foi, ainda, estabelecida uma Comissão Bilateral de Alto Nível para “coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da parceria” (AGUILAR, 2013. apud MRE 2010)

O Brasil também firmou um entendimento técnico, no ano de 2011, para auxiliar Angola no levantamento de sua plataforma continental e demarcação de sua costa submarina. Essa tarefa também pode ser enquadrada como cooperação na área da Defesa, já que o petróleo é interesse de várias potências e, muitas vezes, motivo de conflitos. Assim, o auxílio técnico brasileiro para o levantamento da plataforma continental angolana, não só dará conhecimento sobre o potencial de petróleo que o país tem, mas também, permitirá que o país reivindique à Organização das Nações Unidas que sua Zona Econômica Exclusiva se expanda. Assim, estratégias de Segurança e Defesa poderão ser formuladas de maneira adequada.

O Brasil vem auxiliando muitos desses países com seus levantamentos de plataforma continental, tendo em vista a preparação de propostas junto à Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. Dessa forma, o Brasil dissemina sua abordagem no Atlântico Sul, usando a cooperação em

defesa como meio de enfatizar preocupações em comum. (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014)

No ano de 2010, o Ministério da Defesa e a ABC firmaram um acordo de cooperação técnica na área da Defesa. De acordo com dados da agência, a principal forma de cooperação bilateral entre os países nesta área se dá através da capacitação de militares de Angola.

A primeira atividade de cooperação entre Brasil e Angola, fruto desta parceria se deu no ano de 2011 e foi concluída em 2013. Consistia em um acordo para auxiliar no treinamento de militares angolanos. O objetivo da cooperação seria fortalecer as relações entre Brasil e Angola e incrementar o intercâmbio com os PALOP. Uma outra versão desta cooperação se deu também entre os anos de 2012 e 2014. Esta também foi uma cooperação de treinamento de militares estrangeiros, sendo que, entre estes estaria prevista a formação de 5 militares angolanos pelas Forças Armadas Brasileiras. Atualmente, está em curso outra atividade de treinamento de militares angolanos com previsão para terminar no ano de 2015 (ABC).

Ainda no âmbito do treinamento de militares, também há a modalidade de intercâmbio de oficiais, na qual militares de vários países vêm ao Brasil para estudar em dependências brasileiras de estudos estratégicos. Entre os anos de 2001 e 2011, o Brasil recebeu militares angolanos no Exército, Marinha e na Força-Aérea.

Figura 1: Quadro apresentando o número de militares angolanos no Brasil 2001-2011

<b>Instituição</b>	<b>Número de militares</b>
Exército	82
Marinha	22
Força Aérea	18

Org: Naiara Oliveira

Dados: Livro Branco de Defesa Nacional

As forças armadas angolanas ainda são dependentes de outros Estados no que diz respeito à aquisição de equipamentos militares, representando uma oportunidade para as exportações brasileiras desse gênero. A cooperação em Defesa com Angola, portanto, também se mostra conveniente para a indústria bélica brasileira, que encontra no Estado africano oportunidades para exportação de material bélico. Não só Angola, como grande parte dos países africanos sul-

atlânticos com os quais o Brasil pratica a cooperação no âmbito da Defesa, representam oportunidades para a indústria de Defesa e Segurança do Brasil.

[...] a maior aproximação entre as forças armadas cria uma cultura favorável ao emprego de material bélico brasileiro por parte destes países. Além disto, é importante para a própria manutenção do nosso parque industrial ao garantir um ganho de escala na produção de armamentos. (COELHO, 2010)

As indústrias de Defesa do Brasil, em sua grande parte, atuam de maneira diversificada, isto é, seus produtos não são exclusivamente direcionados ao setor da Defesa, podendo suprir também as necessidades do mercado civil, como fazem as empresas Embraer e Odebrecht. Geralmente, os materiais que são direcionados exclusivamente a esta área representam uma pequena parte dos lucros das empresas. (CORREA FILHO et al., 2013).

Para evitar o sucateamento do complexo industrial de defesa brasileiro, o governo decidiu atuar ativamente junto ao empresariado nacional na exportação de armas fabricadas no Brasil para garantir um ganho de escala. (COELHO, 2010)

Portanto, a cooperação em Segurança e Defesa com países africanos também abre espaço para que empresas brasileiras possam conseguir novos mercados consumidores. Além do mais, “A inserção externa dos produtos de defesa e segurança é fundamental para que a indústria local adquira escala e qualidade” (CORREA FILHO et al., 2013). O que representa um aspecto positivo tanto para o Brasil, que estará aumentando as exportações e gerando emprego<sup>14</sup>, quanto para os outros países que estarão estruturando e aumentando suas capacidades bélicas.

Um exemplo disto é a relação entre Brasil e Angola, na qual no ano de 2013, foi anunciado que o Brasil auxiliaria Angola na estruturação de sua indústria de Defesa, assim, seis aviões de combate A-29 Super Tucano da Embraer foram comprados pelo país e ainda há a probabilidade de que mais aquisições do gênero sejam efetuadas (DEFESANET).

O Brasil também coopera para desenvolvimento do poder naval angolano. Através do “Memorando de Entendimento Técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no Âmbito da Cooperação Sobre o Programa de Desenvolvimento de Poder Naval de Angola- PRONAVAL”, assinado em 5 de setembro de 2014. Nele, Angola contará com a cooperação brasileira, que dará apoio técnico, científico e gerencial

---

<sup>14</sup> “A indústria de defesa gera cerca de 25 mil empregos diretos e cem mil indiretos [Abimde (2011)]. Em 2011, a indústria brasileira empregou aproximadamente 11,2 milhões de trabalhadores formais, e a indústria de defesa, empregou quase 7,7 milhões [MDIC (2012)]” (CORREA FILHO et al., 2013)

ao país. O projeto prevê a obtenção de sete navios-patrolha de 500 toneladas por Angola, sendo que os quatro primeiros serão construídos no Brasil com o envolvimento de oficiais angolanos (que participarão do processo como forma de qualificação de pessoal) e os outros três serão construídos já no país africano.

A cooperação Brasileira nesse projeto também se dará na capacitação de Recursos Humanos, onde militares angolanos contarão com formação acadêmica dentro do Sistema de Ensino Naval da Marinha do Brasil e qualificação e adestração das tripulações pela Marinha brasileira.

Desta forma, o Brasil se mostra um dos maiores prestadores de cooperação em Defesa com os países ribeirinhos do Atlântico Sul. Devido à tradição histórica que Brasil e Angola compartilham, as atividades de cooperação nas mais diversas áreas e nos mais variados níveis refletem na intensificação da aproximação entre as duas nações e no fortalecimento dos vínculos de confiança.

Percebe-se que, no campo da segurança e defesa, não há intenção de criar um grande mecanismo coletivo de defesa capaz de atuar para garantir a utilização sem constrangimentos ou ameaças do Atlântico Sul, mas sim uma cooperação para que os países africanos lindeiros do Atlântico possam construir forças armadas e de segurança pública capazes de garantir a paz interna e, conseqüentemente, regional. Assim, o Brasil estaria colaborando para um mundo mais seguro ao mesmo tempo que conseguiriam uma melhor articulação com diversos atores do sistema internacional. (AGUILAR, 2013)

O protagonismo brasileiro na CPLP e na ZOPACAS demonstram que o país tem capacidade e maturidade de atuar como prestador de cooperação em Segurança e Defesa tanto de maneira multilateral, quanto bilateral. Essa capacidade implica no reconhecimento do Brasil como um ator global e com relevância inegável na região.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar as políticas de cooperação em Defesa entre Brasil e Angola a partir da importância estratégica que o Atlântico Sul e a África Ocidental passaram a ter no cenário internacional nos últimos anos. Também se buscou observar a relevância que os fóruns multilaterais de discussão têm para o assunto e sua influência na criação de iniciativas de cooperação em nível multi e bilateral, além das contrapartidas que as práticas de cooperação Sul-Sul trazem para os países envolvidos.

A partir do estudo feito, pode-se concluir que a política africana adotada pelo Brasil durante o governo Lula incrementou as atividades de cooperação Sul-Sul brasileiras. Esta política auxiliou na formação do perfil brasileiro de cooperação horizontal, que se baseia na transferência de conhecimentos e intercâmbio de experiências, procurando cooperar de forma a atender às reais demandas dos receptores e auxiliá-los a alcançarem o desenvolvimento. A proximidade histórica do Brasil com alguns países do continente africano, como Angola, facilita ainda mais o diálogo entre os Estados e o estabelecimento de políticas de cooperação nas mais variadas áreas.

Nos anos 90, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a criação Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com a maioria de seus membros africanos), foi importante no sentido que, além de aproximar o diálogo entre os países-membros, funcionaria mais tarde como um canal de discussão de políticas de cooperação. Além do mais, a terceira operação de manutenção da paz da ONU em Angola- UNAVEM III, com intensa participação brasileira no país africano, acabou aprofundando os laços de confiança entre as duas nações. Isto seria algo fundamental para o estabelecimento e intensificação das atividades de cooperação Sul-Sul entre os dois países.

O governo Lula aprofundou as relações entre Brasil e África com sua política externa voltada para a multilateralidade. Além disso, deu nova importância à CPLP e ZOPACAS como forma de aproximar o Brasil dos Estados-membros. Percebe-se que é no período Lula que as atividades de cooperação em Segurança e Defesa voltadas para o Atlântico Sul começam a tomar força. Isto envolve vários motivos, sendo os principais a descoberta do Pré-Sal, a emergência político-econômica de alguns países africanos recém-saídos de conflitos internos e, conseqüentemente, a

emergência estratégica do Atlântico Sul. Apesar da forte aproximação entre Brasil e África neste governo, percebe-se que as atividades de cooperação na área da Segurança e Defesa entre Brasil e Angola começam a ser realizadas com mais intensidade durante o governo Dilma, que deu continuidade à política africana de seu precursor.

A retomada da valorização de fóruns multilaterais de discussão como a CPLP e a ZOPACAS, juntamente à valorização estratégica do Atlântico Sul possibilitou também que políticas multilaterais de cooperação no âmbito da Defesa fossem estabelecidas entre os países sul-atlânticos. Observa-se que as atividades de cooperação em nível multilateral criam laços de confiança que se traduzem na intensificação da cooperação bilateral entre os países. Isto é, além das medidas tomadas em conjunto entre os membros das organizações onde o problema é discutido, os países buscam criar medidas de cooperação bilateral para resolver a questão de maneira mais eficaz entre os Estados. Isto acontece no caso de Brasil e Angola, que além da cooperação fruto de discussões multilaterais, como a Operação Felino, buscam cooperar de forma bilateral, como na iniciativa do memorando de entendimento técnico sobre o PRONAVAL e na iniciativa de treinamento de militares angolanos realizada pela ABC e pelo Ministério da Defesa.

A cooperação Sul-Sul do Brasil no campo da Defesa no Atlântico Sul, além de criar um cordão de confiança entre os países envolvidos, tem tentado manter potências exógenas longe da zona para que conflitos externos não sejam trazidos para a região. Além disso, essa cooperação cria oportunidades de novos mercados para a indústria de Defesa do Brasil. O LBDN e a END salientam em seu texto a pertinência de se incentivar a indústria de Defesa nacional, sendo uma iniciativa que traz benefícios tanto para as empresas quanto para o Brasil, já que ao atender às demandas destes países, as empresas brasileiras aumentam o fluxo de exportações e ainda geram empregos internamente. Além do mais, previne-se que haja sucateamento do parque industrial de Defesa do Brasil.

Esta modalidade de cooperação vem se mostrando vantajosa para os Estados limítrofes desta parte do Atlântico porque acaba, de certa forma, suprimindo as falhas e necessidades que as Forças Armadas dos países em questão possuem para defender a zona. Quando estes países passam a formular questões de cooperação em Defesa, não só eles estão afirmando para as presenças externas

que esta não é uma área abandonada, como também estão contribuindo para que esta zona permaneça pacífica e sob soberania dos Estados do sul.

A partir do que foi exposto, percebe-se que por possuir uma das maiores Forças Armadas em termos quantitativos na região, o Brasil vem tomando uma posição de liderança nas questões relativas à cooperação no campo da Defesa e Segurança. A partir da recente valorização do Atlântico Sul, nota-se que a cooperação neste âmbito apresenta mais de uma finalidade: unir e preparar os exércitos da zona, criando uma força de dissuasão para potências externas e, ao mesmo tempo, projetar o Brasil como líder regional, já que o país toma frente na maior parte das iniciativas de cooperação militar.

Nota-se que, além do interesse brasileiro de manter o Atlântico Sul como uma zona pacífica e livre de potências externas, sua aproximação com Angola e com certos países africanos também tem o caráter de projetar o país internacionalmente. O grande empenho brasileiro na condução de projetos de cooperação Sul-Sul com países africanos busca afirmar o Brasil como um líder regional e inserir também os países periféricos de maneira mais efetiva no cenário internacional, de modo que eles também ganhem relevância no sistema internacional.

Apesar de existirem críticas quanto às atividades brasileiras de cooperação na África, por classificarem esta como uma atividade que se assemelha ao neocolonialismo, nota-se que, pelo Brasil atuar em consonância com os princípios constitutivos que regem suas relações internacionais (presentes no artigo 4º da Constituição de 1988), não há intenção neocolonialista nas práticas de cooperação brasileira. Principalmente porque o Brasil é engajado em respeitar a soberania dos outros países e defende a igualdade entre os Estados.

Contudo, observa-se que não é só o Brasil que se utiliza destes instrumentos para se projetar internacionalmente. Percebe-se, pela postura recente de Angola ao propor a revitalização da ZOPACAS e ao assumir a presidência parlamentar rotativa da CPLP, que o país vem usando os palcos de discussão multilateral para se projetar como país influente. Estas ações vêm mostrando que Angola também deseja afirmar que tem capacidade de atuar e opinar sobre questões internacionais. É provável que o destaque que o Estado angolano busca ter em fóruns como a ZOPACAS e CPLP sejam apenas uma ponta de lança para que o país busque destaque também em outros fóruns maiores.

Desta forma, a cooperação Sul-Sul no campo da Segurança e Defesa entre Brasil e Angola vem se mostrando efetiva e vantajosa para os dois países, tanto no que diz respeito a suas ambições de projeção internacional, como em questões diversas, como nas oportunidades de mercado para as empresas bélicas brasileiras, manutenção da paz no Atlântico Sul e fortalecimento dos laços entre as Nações envolvidas.

## REFERÊNCIAS

- ABC- Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação na área da defesa.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/499>. Acesso em 08 nov. 2014.
- ABC. **Projetos de Cooperação Sul-Sul.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em 09 nov. 2014
- ABDENUR, A. E.; DE SOUZA NETO, D. M. . **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional. 57 (1), p. 5-21. 2014
- AGUILAR, S. L. C. . **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual.** São Paulo: Porto de Idéias. 2010 apud AGUILAR, S. L. C.. **Atlântico Sul:** As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. vol.2, n.4, p.49-71, jul/dez. 2013.
- AGUILAR, S. L. C.. **Atlântico Sul:** As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. vol.2, n.4, p.49-71, jul/dez. 2013.
- AMORIM, C. **Cooperação Lusófona em Defesa:** Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na XV Reunião de Ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 26 mai. 2014. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/maio/cooperacao\\_lusofona\\_em\\_defesa.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/maio/cooperacao_lusofona_em_defesa.pdf) .Acesso em 06 nov. 14.
- AMORIM, S. G. **Perspectivas Brasileiras na Convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS.** Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais - AUSTRAL, v. 2, n. 4, jul/dez 2013, p. 11-31
- ANGOLA EMBASSY. **Angola assume presidência da assembleia parlamentar da AP-CPLP.** Disponível em: <http://www.angolaembassy.eu/presse/index.php/82-angola/459-angola-assume-presidencia-da-assembleia-parlamentar-da-ap-cplp>. Acesso em 16 nov. 2014.
- ANGOLA; BRASIL. **Memorando de Entendimento Técnico Entre o Ministério da Defesa da República do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no Âmbito da Cooperação Sobre o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola- PRONAVAL.** Brasília, 05 set. 2014. Disponível em: [http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes09/memorando\\_de\\_entendimento\\_brasil\\_angola.pdf](http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes09/memorando_de_entendimento_brasil_angola.pdf) . Acesso em 06 nov. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS FORÇAS INTERNACIONAIS DE PAZ DA ONU. **A participação brasileira nas forças de paz da ONU.** Disponível em: <http://www.abfiponu.org.br/historia02.html> . Acesso em 29 jul. 2014.
- BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico** o Brasil e África Subsaariana Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011. Disponível em

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12637](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637)  
Acesso em 08 nov. 2014.

BEIRÃO, A. P. **O Norte do Atlântico Sul**. In: MONTEIRO, A.D; WINAND, E. C. A.; GOLDONI, L. R. F. (orgs). Defesa da Amazônia: VII ENABED. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2014. P. 91-107

BRASIL a. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília.

BRASIL GLOBAL NET. **ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação) Comércio Exterior**. Brasil Global Net. Disponível em:  
<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/ComExtZopacas.pdf>. Acesso em 19 out.14.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5. 484 de 30 de julho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6. 703 de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa. Paz e Segurança para o Brasil**. Ministério da Defesa: Brasília.

CALDAS, A. de O. **A ZOPACAS e o Brasil**: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul. Brasília- UNB. 2013. Disponível em:  
[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013\\_AdersondeOliveiraCaldas.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf) .  
Acesso em 16 nov.2014.

CARMONA, R.. **Desafios ao adensamento da projeção brasileira em seu entorno estratégico**.In: MONTEIRO, A.D; WINAND, E. C. A.; GOLDONI, L. R. F. (orgs). Defesa da Amazônia: VII ENABED. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2014. P. 344-376

CERVO, A. L. . **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional. 37 (1): 37-63. 1994

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

COELHO, V. C.. **O esboço de uma diplomacia militar brasileira na África durante o governo Lula**: oportunidades para a indústria de defesa brasileira. III Encontro de Geografia- a geografia e suas vertentes reflexões. IV semana de ciências humanas.Anais. Instituto Federal Fluminense. Campos Goytacazes, RJ. 16-19 nov., 2010.

CORREA FILHO, S. L. S. et al.. **Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 38, p. 373-408, set. 2013. Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3810.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3810.pdf) . Acesso em 01 dez.2014.

CORREA, M. L.; **Prática comentada da cooperação internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia.** Brasília: [s.n], 2010.

CÔRTEZ, O. H. D. G.. **A Política Externa do Governo Sarney:** o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: FUNAG, 2010.

COSTA, M. G.. **Brasil e Zopacas:** a manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS (SEBREEI): o Atlântico Sul como eixo da inserção internacional do Brasil- 21 a 23 de maio de 2013. Porto Alegre/ RS, Brasil.

CPLP a. **Objetivos.** Disponível em <http://www.cplp.org/id-46.aspx>. Acesso em: 10 out. 2014

CPLP b. **Acta do II Simpósio das Marinhas da CPLP: As marinhas e os desafios do séc. XXI 30. jun- 10 jul 2010.** Luanda, 01 jul, 2010.

DE LIMA FILHO, W. P.. **A Amazônia Azul e os Desafios para a Defesa Nacional no Século XXI.** Cadernos de Estudos Estratégicos, n. 10, p. 69-122, jan/dez. 2011.

DEFESANET. **Angola compra seis aviões militares brasileiros da Embraer.** Defesanet. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/9759/Angola-compra-seis-avioes-militares-brasileiros-da-Embraer/>. Acesso em 06 nov. 2014.

FRANÇA, J. M. . **Brasil e África em Perspectiva Faces de uma Relação no Início do Século XXI.** Jundiaí-SP , Paco Editorial: 2014

GALANTE, A.. **Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul, na Escola Naval.** Poder Naval. Disponível em <<http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/> Acesso em 28 jul. 2014

GLOBAL FIRE POWER. **Countries Ranked by Military Strength- 2014.** Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em 09 nov. 2014.

HELENO, M. G. B.; MARTINS, M. D. **Cooperação ou dominação?** A política externa do Governo Lula para a África; Tensões mund. , Fortaleza, v.10, n. 18, 19, p. 125- 143 , 2014.

IBGE. **IBGE lança mapa de densidade demográfica de 2010.** Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2501>. Acesso em 12 dez. 2014.

INTERNACIONALISTAS. **Círculo de Fogo na América Latina tem como objetivo o isolamento do Brasil no Continente.** Disponível em: <http://internacionalistas.com.br/wp/?p=583>. Acesso em 20 out. 2014.

IPEA; ABC. **Cooperação Brasileira Para o Desenvolvimento Internacional: 2010.** Brasília: IPEA: ABC, 2013.

IPEA; ABC. **Cooperação Brasileira Para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Brasília: IPEA: ABC, 2010.

IPEA; BANCO MUNDIAL. **Pontes sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: IPEA, 2011.

ISSUFO, N. **Que consequências terá Angola com uma aproximação ao AFRICOM?**. DW. 2014 Disponível em: <http://www.dw.de/consequ%C3%Aancias-ter%C3%A1-angola-com-uma-aproxima%C3%A7%C3%A3o-ao-africom/a-17954775>. Acesso em: 06 nov. 2014.

JATOBÁ, D; LESSA, A. C. (coord.); ALTEMANI, H.(coord.). **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JORGE, N. R. . **O Brasil e a Comunidade Lusófona na África: Relações Atuais e perspectivas de aprofundamento**. In: ACIOLY, L. ; DE MORAES, R. F.(orgs); perspectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011. P. 117-127

KORNEGAY, F. A.. **South Africa, the South Atlantic and the IBSABRICS equation: the transatlantic space in transition**.ll Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 2 (3): 75-100. 2013. Apud AMORIM, S. G. **Perspectivas Brasileiras na Convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais - AUSTRAL, v. 2, n. 4, jul/dez 2013, p. 11-31

KRIEGER, R. Angola, paraíso do petróleo e dos bairros de lata. DW. 2013. Disponível em: <http://www.dw.de/angola-para%C3%ADso-do-petr%C3%B3leo-e-dos-bairros-de-lata/a-16468718> acesso em 08 out. 2014

LIMA FILHO, W. P.. **A Amazônia Azul e os desafios para a defesa nacionais no séc. XXI**. Caderno de estudos Estratégicos, n.10, p. 69-122, jan/dez. 2011.

LIMA, M. R. S.. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 1, p. 24-59, jan/jun. 2005.

LUDIN, I. B.. **A Pujança do Forte ou a Força da Sabedoria: uma reflexão sobre a corridas das superpotências aos recursos da África**. In: MONTEIRO, A.D; WINAND, E. C. A.; GOLDONI, L. R. F. (orgs). Defesa da Amazônia: VII ENABED. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2014. P. 314- 339

LUIS, C. C. R. **Política Externa Brasileira para o Atlântico Sul: a expressão da diplomacia e da defesa**. Disponível em <[www.ppgri.uerj.br/form/Camila\\_Cristina\\_Ribeiro\\_Luis.pdf](http://www.ppgri.uerj.br/form/Camila_Cristina_Ribeiro_Luis.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2014

MARIN, D. C. **Brasil rejeita ação da Otan no Atlântico Sul**. Estadão. 2010. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-rejeita-acao-da-otan-no-atlantico-sul-imp-,627635>. Acesso em 06 nov. 2014.

MARINHA DO BRASIL. **Histórico- Operação Felino**. Disponível em: <https://www1.mar.mil.br/felino/pagina-inicial>. Acesso em: 06 nov. 2014.

MILANI, C.R.S; **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul.** Caderno CRH, vol. 25, n.65, Salvador. Mai/ago. 2012.

Ministério das Relações Exteriores- **Visitas internacionais do presidente.**

Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010>> acesso em 29 jul. 2014

MRE. 2010. **“Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola”.** Brasília, 23 de junho.

MRE. **Cooperação Técnica.** Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica> Acesso em: 12 out. 2014.

OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (org). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas.** São Paulo: Saraiva, 2006

PATRIOTA, A. de A. . **VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)-Texto-base do discurso do Ministro Antônio de Aguiar Patriota.** Montevideu: [s.n.] 15 jan. 2013. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevideu-15-de-janeiro-de-2013>. Acesso em 16 nov. 2014.

PAUTASSO, D. ; ALBANUS, A. P. . **O Brasil e a cúpula América do Sul- África: Um país emergente nas Relações Sul-Sul.** Século XXI, Porto Alegre, v.3, n.1, jan-jun, 2012.

PENHA, E. A.. **A Fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol.18, n.1, p.113-134, jan/jun. 2012.

PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. M.. **O Itamaraty e a África:as origens da política africana do Brasil.** Revista Estudos Históricos. v.1, n. 39, 2007. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/186> . Acesso em 29 nov. 2014.

PINI, A. M.. **Os 40 anos do périplo africano: Reflexões sobre a viagem de Mário Gibson Barbosa à África.** Mundorama, 2012. Disponível em:

<http://mundorama.net/2012/08/09/os-40-anos-do-periplo-africano-reflexoes-sobre-a-viagem-de-mario-gibson-barbosa-a-africa-por-andre-mendes-pini/>. Acesso em 29 nov. 2014.

PORTAL BRASIL. **Brasil amplia cooperação com países africanos.** Brasil. 2013.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/brasil-amplia-cooperacao-com-paises-africanos> Acesso em 19 out. 2014.

QUERINO, J. R.; SOUSA, V. M.; TEIXEIRA JR., A. **A importância do controle e da defesa do Atlântico Sul para o Brasil.** Artigo apresentado no ENCONTRO

ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA. João Pessoa, 2012.

ROMILDO, J. **Brasil assina entendimento técnico que permitirá levantamento da plataforma continental angolana.** Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/3693-14042011-defesa-laad-2011-brasil-assina-entendimento-tecnico-que-permitira-levantamento-da-plataforma-continental-de-angola>. Acesso em 06 nov. 2014

SAMPAIO, M. Cronologia 1974-2002: **Das independências ao fim da guerra em Moçambique e Angola.** DW. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/cronologia-1974-2002-das-independ%C3%Aancias-ao-fim-da-guerra-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17280940>> acesso em 28 ago. 2014

SARAIVA, J. F. F.. **The Community of Portuguese Language Countries (CPLP) for a fraternal community.** UNISA Latin America Report, University of South Africa, vol. 18, p. 40-44, 2002.

SARAIVA, J. F. S. **As asas do sul, uma da paz e a outra do desenvolvimento.** Disponível em: <http://observatoriadafrica.wordpress.com/author/observatorioafrica/> . Acesso em: 6 mar. 2013 apud VAZ, C. A. M.; MIGON, E. E. F. G.. **O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na zona de paz e cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 28, n. 56, p. 110-131, jan/jun. 2013.

SARAIVA, J. F. S. **The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy.** Revista brasileira de política internacional, Brasília, vol. 53, p. 169-182, 2010.

SARAIVA, J. F. S.. **Política exterior do Governo Lula: o desafio africano.** Revista brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 45, p. 5-25, 2002.

SARAIVA, M.G.; **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007.** Revista brasileira de política internacional. 50(2): p.42-59, 2007

SCHUTZER, Herbert. **Geopolítica brasileira na África Subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006): Um estudo de Geopolítica comparada.** São Paulo:USP, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

TOLEDO, K. **Número de espécies descritas na costa brasileira pode chegar a 13 mil.** Agência Fapesp. 2013. Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/18118>> Acesso em 19 ago. 2014.

TRADING ECONOMICS. **Angola- PIB Taxa de Crescimento Anual 2014.** Trading Economics. Disponível em: <http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>. Acesso em 20 out. 2014.

UNITED STATES AFRICOM COMMAND. **What we do.** AFRICOM. Disponível em:<http://www.africom.mil/what-we-do>. Acesso em 06 nov. 2014.

VAZ, C. A. M.; MIGON, E. E. F. G.. **O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na zona de paz e cooperação do**

**Atlântico Sul (ZOPACAS).** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 28, n. 56, p. 110-131, jan/jun. 2013.

VIDIGAL, A. A. F. et. al.. **Amazônia azul:** o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VISENTINI, P. F.. **África e as potências emergentes:** O sul e a cooperação profana. Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, vol.3, n.5, p. 41-68, jan/jun. 2014.

VISENTINI, P. F, RIBEIRO, L. D. T., PEREIRA, A. D.. **História da África e dos africanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

WENDT, A.. **Anarchy is what states make of it:** the social constructions of power politics. International Organization. Vol. 46, n. 2. 1992. P. 391-425. Tradução por: ESTRADA, R. D..Disponível em: [http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php / moncoes](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes). Acesso em 08 nov. 2014

ZOPACAS. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul ZOPACAS- Declaração de Montevidéu.** Montevidéu. 16, jan. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9324/zopacas----declaracao-de-montevideu->. Acesso em: 08 nov. 2014

ZOPACAS. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul ZOPACAS- Plano de Ação de Montevidéu.** Montevidéu. 15, jan. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9323/zopacas---plano-de-acao-de-montevideu> . Acesso em 08 nov. 2014.